

MULTAS DA RECEITA FEDERAL PREOCUPAM AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Algumas empresas já recorreram à Justiça para garantir a continuidade das atividades no cais santista

Fernanda Balbino Da Redação 14.07.20 7h22



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.51286:1557412149/Porto.jpeg?f=2x1&\\$p\\$f=f1da82f&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.51286:1557412149/Porto.jpeg?f=2x1&pf=f1da82f&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Algumas empresas já recorreram à Justiça para garantir a continuidade das atividades no Porto (Carlos Nogueira)

A cobrança de multas por retificações de informações prestadas à Receita Federal tem causado prejuízos e dores de cabeça às agências de navegação do Porto de Santos.

Mudanças de rotas ou escalas de navios e alterações no destino de cargas estão entre alguns casos que podem gerar sanções. Algumas empresas já recorreram à Justiça para garantir a continuidade das atividades no cais santista.

De acordo com o Decreto-lei 37 de 1966, que dispõe sobre processos de importação e serviços aduaneiros, a Receita Federal pode multar importadores quando são verificados erros ou discrepâncias de informações. Esses dados são inseridos no Siscomex pelas agências de navegação, a partir de informações prestadas pelos donos das cargas.

Mas, em caso de inconsistências, que podem ser erros de digitação, os agentes marítimos são advertidos, multados e podem até ter os trabalhos suspensos pela Receita Federal. Segundo o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, o valor cobrado é de R\$ 5 mil.

As agências têm ajuizado ações anulatórias de ato administrativo, para manter suas atividades, destacou Roque. Mas, segundo ele, a Alfândega do Porto de Santos não aguarda os julgamentos de recursos, o que prejudica o direito de defesa das agências de navegação.

Procurada, a Receita Federal não respondeu aos questionamentos da Reportagem até o fechamento desta edição.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 13/07/2020

RECEITA QUER OTIMIZAR PROCESSO DE IMPORTAÇÃO

Plano prevê agilizar liberação de cargas Fernanda Balbino

Da Redação 12.07.20 7h45



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.108746:1594500860/Porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e999620&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.108746:1594500860/Porto.JPG?f=2x1&pf=e999620&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

O estudo Time Release Study (TRS) foi conduzido ao longo de 2019 (Matheus Tagé)

Adoção de soluções para inspeções remotas de mercadorias, harmonização de procedimentos, fortalecimento da comunidade portuária e

aprimoramento de política de cobrança de armazenagem em portos e aeroportos. Estas são algumas das recomendações da Receita Federal, baseadas em dados da Organização Mundial das Aduanas (OMA), para a redução dos tempos de processos de importação no Brasil. No setor aquaviário, atualmente, são necessários 9,7 dias desde a chegada da mercadoria no País até sua efetiva saída física do local alfandegado.

O Time Release Study (TRS) foi conduzido ao longo do ano passado e contou com participação dos órgãos públicos que atuam nas operações de comércio exterior. Entre eles, estão a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Já entre os entes privados, também participaram do estudo, o Instituto Procomex, o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de São Paulo, a Associação dos Terminais Portuários (ABTP) e a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra). Ele contou com o apoio do Banco Mundial.

O estudo também abordou o desembaraço de mercadorias em outros modais, como o aéreo e o rodoviário. O tempo médio apurado, considerando todos eles, foi de 7,4 dias.

Porém, mais de 87% das mercadorias importadas são fisicamente liberadas em menos de sete dias, contados de sua chegada ao País. A etapa de desembaraço aduaneiro, de responsabilidade da Receita Federal, responde por menos de 10% do tempo total.

Além disso, o tempo médio para as importações realizadas sob a modalidade de Despacho sobre Águas é 73% menor que o realizado em outras modalidades.

O estudo apontou, ainda, que as ações sob responsabilidade dos agentes privados, representam mais da metade do tempo necessário para o desembaraço de mercadorias desembarcadas em qualquer modal.

Uma das conclusões é que a atuação diligente do importador ou seu representante, ao registrar declarações, entregar mercadorias e documentos, tem potencial para reduzir em média mais de 40% dos tempos.

Inspeções

A seleção de declarações para canais de inspeção física ou análise documental são inferiores a 5% do total. Segundo o estudo, isto demonstra alinhamento da aduana brasileira com as diretrizes internacionais sobre utilização da metodologia de gerenciamento de riscos.

Foram identificadas diferenças de tempos, de até 70%, na atuação de órgãos anuentes situados em diferentes localidades. Isto indica a necessidade de harmonização de práticas e uniformização de prazos de análise dos processos.

Além disso, os processos de importação que apresentam maior risco aduaneiro, sanitário ou fitossanitário possuem fluxos de importação mais complexos e, como decorrência, apresentam tempos médios de desembaraço mais elevados. Entretanto eles são responsáveis por menos de 3% da amostra.

Próximos passos

Segundo a Receita Federal, algumas soluções já estão encaminhadas e, com isso, são grandes as expectativas de novos avanços operacionais.

Porém, é necessário o fortalecimento da comunidade portuária, especialmente através da manutenção das atuais Comissões Locais de Facilitação (Colfac).

O estudo também aponta a necessidade de melhoria da comunicação entre intervenientes públicos e privados através do desenvolvimento do projeto Sistemas Comunitários Portuários (Port Community Systems, em inglês).

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 13/07/2020

MILTON LOURENÇO: PARA SAIR DO FUNDO DO POÇO

A atual recessão, provocada pela pandemia de coronavírus (covid-19), é a pior dos últimos 40 anos, de acordo com estudos da Codace, ligado ao instituto Ibre da FGV

Por Milton Lourenço

Estudo elaborado pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), órgão ligado ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que a atual recessão, provocada pela pandemia de coronavírus (covid-19), é a pior dos últimos 40 anos, considerando-se que não há dados sobre a retração que marcou a chamada Grande Depressão de 1929, que é apontada como o período recessivo mais grave do século XX. Criado em 2004 com o objetivo de analisar os ciclos econômicos do País, o Codace, em seus estudos, leva em conta dados de produção, renda, emprego, vendas e outros fatores coletados desde 1980.

Segundo o estudo, a produção industrial de transformação no primeiro trimestre deste ano, em relação ao consumo de 2019, caiu 31,3%, as vendas do comércio varejista baixaram 27,1% e o setor de serviços sofreu uma retração de 17,3%. Mais: nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 1,5%, mas as projeções para o segundo semestre prevêm uma queda em torno de 10%.

Hoje, poucos economistas se atrevem a projetar qualquer índice para o terceiro trimestre, já que não se sabe se ainda haverá uma segunda e terceira ondas de contágio da covid-19. E tampouco se tem ideia da eficácia das vacinas que os laboratórios vêm procurando produzir para combater a pandemia.

Mesmo assim, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação vinculada ao Ministério da Economia, prevê queda nas exportações entre 11% e 20% até o final do ano, estimando que as vendas caiam para um patamar inferior a US\$ 200 bilhões. É de se lembrar que, em 2019, período em que se registrava sinais de recuperação da recessão iniciada em meados de 2014, as vendas para outros países chegaram a US\$ 225 bilhões.

Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima uma queda de 8,25% no volume das exportações, o que equivale a US\$ 18,9 bilhões. Para as importações, a previsão do Ipea é de uma queda ao redor de 20% em 2020 em comparação com 2019. Obviamente, tanto a demanda de exportações como a de importações deverão se dar de modo gradual em todo o planeta, no período pós-pandemia.

Apesar desse panorama incerto e dessas previsões um tanto catastróficas, o que se pode dizer, pelo menos especificamente na área de serviços de comércio exterior, é que, por enquanto, o setor tem mantido o ritmo das operações de importação e exportação, mesmo com a intensificação do trabalho home office. Em outros segmentos, como os setores farmacêutico e de equipamentos hospitalares, por questões óbvias, tem ocorrido uma notável expansão. Mas também as exportações de commodities agrícolas, proteínas animais e minério de ferro têm registrado evolução significativa, em especial pelas compras efetuadas pela China.

Diante disso, seria recomendável que o governo federal estabelecesse uma nova diretriz para a política de comércio exterior, ampliando a participação do setor no PIB, hoje ainda muito reduzida, se compararmos o Brasil, por exemplo, com nações como o México, que tem uma economia muito mais internacionalizada. Para tanto, o País teria de aproveitar o fato de o dólar hoje estar mais valorizado em relação ao real, o que, certamente, beneficia e estimula a exportação, permitindo que sejam oferecidos ao mercado externo produtos com maior poder de competição.

Com respaldo do governo federal e o restabelecimento de uma política de divulgação dos produtos nacionais no exterior por meio de participação em feiras e congressos, o empresariado pode voltar a investir com maior ímpeto na produção, buscando a ampliação cada vez mais bem estruturada de nossas vendas externas, como fator de equilíbrio e desenvolvimento para a economia nacional.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 13/07/2020

JUSTIÇA NEGA MANDADO DE SEGURANÇA A EMPRESA QUE PRESTAVA SERVIÇO DE DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS

Van Oord questionou a capacidade técnica e a proposta encaminhada pela DTA Engenharia, contratada pela Autoridade Portuária de Santos para o serviço

Por Fernanda Balbino 10.07.20 16h52



[https://www.atribuna.com.br/image/cont/entid/policy:1.82945:1578504692/Dragegem-Drage-Geopotes-080120.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=f0da7f6&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/cont/entid/policy:1.82945:1578504692/Dragegem-Drage-Geopotes-080120.JPG?f=2x1&pf=f0da7f6&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

A juíza chegou a suspender o contrato, assinado entre a DTA e a Autoridade Portuária em janeiro (Carlos Nogueira)

A juíza Alessandra Nuyens Aguiar Aranha, da 4ª Vara Federal de Santos, julgou improcedentes os argumentos e

os pedidos da Van Oord Operações Marítimas em uma ação que apontava problemas na contratação da dragagem do Porto de Santos. A empresa holandesa questionava a capacidade técnica e a proposta encaminhada pela DTA Engenharia, empresa contratada pela Autoridade Portuária de Santos para o serviço.

De acordo com a ação, a Van Oord apontou a indisponibilidade das dragas oferecidas para prestação do serviço, além do fato de que a proposta vencedora não atenderia a produtividade exigida pelo edital e a suposta violação ao princípio constitucional da isonomia. Isto porque, segundo a empresa holandesa, o agendamento de vistoria técnica aos equipamentos da licitante DTA Engenharia foi feito menos de duas horas antes da diligência, o que prejudicou a participação dos demais concorrentes.

A juíza chegou a suspender o contrato, assinado entre a DTA e a Autoridade Portuária em janeiro. A questão foi debatida em audiência e as partes foram intimadas a prestar esclarecimentos. A questão também foi levada ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo a magistrada, a DTA apresentou declaração emitida pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), apontando que as dragas Seine e Elbe estariam disponíveis para mobilização e operação em outros serviços de dragagem País. Isto, sem prejuízo ao contrato com os portos paranaenses, cujo objeto prevê a prestação de serviços de dragagem por cinco anos, até 2023.

“A impetrante (Van Oord) constrói raciocínio pautado em elementos subjetivos e que o Termo de Referência ‘não faz menção à necessidade de serem evidenciadas as produtividades mensais’, tampouco estipula a forma pela qual os proponentes estabelecem a composição de preços unitários (CPU), que são realizados com base na expertise de cada um deles”, apontou a juíza.

A magistrada também afirma que não há elementos suficientes para imputar a ocorrência de “jogo de planilha” por parte da DTA. Para ela, os ajustes não tornam inexequível a proposta da empresa.

“A desconstituição do ato coator, portanto, não encontra suporte na prova produzida nos autos, de modo que o direito almejado não se revela líquido e certo. Por conseguinte, o controle judicial nesta via restringiu-se às balizas delineadas em torno da necessidade de motivação da decisão administrativa, cuja sobrevinda tornou deveras controvertidos os fatos que lastreiam as questões invocadas como causa de pedir”, destacou a magistrada em sua decisão.

Envolvidos

A DTA Engenharia informou que “sempre confiou na Justiça e lamenta que a dragagem do Porto mais importante do Hemisfério Sul, batendo recordes sucessivos de movimentação, tenha atrasado por mais de seis meses o seu início, em decorrência da judicialização do processo de licitação sem qualquer vício, fato agora chancelado pela decisão de improcedência”.

A Van Oord disse que recebeu com surpresa a decisão. "A e. Magistrada, a quem apresentamos nossas elevadas estimas, entendeu que na estreita via do Mandado de Segurança não seria possível aferir o direito líquido e certo, e que a análise da questão demandaria dilação probatória, embora tenha se baseado em trechos da manifestação da própria autoridade portuária que deixam clara a modificação injustificada pela DTA da proposta inicialmente apresentada”.

Segundo a empresa, "a referida constatação nos motiva a analisar mais detidamente a opção pela interposição de eventual recurso contra a mencionada sentença, o que será avaliado oportunamente”.

A Van Oord ainda destaca que procurou e procura com o presente Mandado de Segurança resguardar o interesse público mediante a desclassificação de empresa que, nitidamente, não atendeu aos requisitos do edital de licitação o que, no fim do dia, fatalmente acarretará em prejuízo à eficiência almejada para a prestação do serviço de dragagem do Porto de Santos, serviço esse notoriamente essencial, que nos últimos anos foi executado de forma responsável e eficiente pela Van Oord sem que tenha havido qualquer incidente que comprometesse a segurança das operações portuárias.

Por fim, a empresa colocou que, "reafirmando o seu comprometimento com o melhor para o Porto de Santos e seus usuários", irá avaliar a melhor forma de conduzir o processo em questão.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 13/07/2020

FREDERICO BUSSINGER: GESTÃO PRIVADA SEMPRE FOI A REGRA NOS PORTOS BRASILEIROS

Hoje, empresas privadas são responsáveis por quase 100% das operações portuárias no Brasil
Por Frederico Bussinger

Hoje, empresas privadas são responsáveis por quase 100% das operações portuárias no Brasil: TUPs por 2/3. Salvo curto interregno (era-Portobras - 1975/90), esse é o nosso padrão histórico. Surpresa?

Quando emitida a MP-595 (2012), embrião da atual Lei dos Portos, o “market share” dos “terminais de uso privativo” (hoje “privados”), os TUPs, era 65%. Na véspera da criação da SEP: 63%. Da Antaq: 66%. Da Lei dos Portos de 1993: 75%. Mesmo sob a Portobras, os TUPs lideraram: de 51% em 1980 (já com as Docas na “holding”), passou em 1990 (quando autorizada sua dissolução) a 77% (ou 2/3 se excluído o minério da Vale).

Enfim, o volume operado nos cais públicos nunca chegou próximo aos dos TUPs no passado recente. E uma intrigante curiosidade: no período Portobras, tido como “estatista”, os TUPs foram de 51% a 77%. Já na vigência da “privatizante” Lei de 93, as operações em cais públicos cresceram de 25% a 35%!

O mesmo se dá com a administração: Santos, p.ex, esteve sob a Companhia Docas de Santos - CDS (privada) até 1980. Os demais portos até um pouco antes: o Departamento Nacional de

Portos e Vias Navegáveis - DNPVN, criado por Getúlio Vargas (Decreto nº 23.067/33), foi reestruturado por João Goulart (Lei nº 4.213/63). A partir daí passou a ter a faculdade de incorporar e/ou fundir sociedades de economia mista com tal função.

Castello Branco deu outra volta no parafuso: fixou como prioridade do governo, recém iniciado, a “Reorganização do Sistema Portuário Nacional” (Decreto nº 54.046/64). Ao DNPVN, coube coordenar o projeto. E no rol de incorporáveis, foram incluídas empresas privadas, exceto “as concessões que se manifestem econômica e administrativa satisfatórias” (art. 3º): como, na prática, todos os principais portos foram integrados ao “Sistema-Portobras” (salvo engano, exceto Imbituba), pode-se supor que suas situações não eram assim tão “satisfatórias”, certo?

Reforça essa hipótese o diagnóstico, dois anos depois, de que “as diversas medidas para corrigir as distorções ora existentes ... não têm proporcionado os resultados tão eficazes quanto o exige a atual conjuntura nacional” (Decreto-Lei nº 5/66), que foi base para normas e programas abrangentes para recuperação econômica de portos, da Marinha Mercante e da RFFSA. Esta, ironicamente, havia sido criada em 1957 precipuamente com a missão de sanear 22 concessões (privadas) em situação pré-falimentar, cujos déficits, no ano anterior, montavam agregadamente a cerca de 14% da receita tributária da União (como referência: em 2019 tais receitas foram de R\$ 1,57 trilhão!).

Finalmente, os serviços portuários conexos, como transporte rodoviário, são privados desde sempre. Os ferroviários voltaram a ser. E, a partir de 1985, também cresceu a participação privada na armazenagem, com a regulamentação dos Terminais Retroportuários Alfandegados, TRAs.

Em síntese: operação e administração portuária privadas têm sido a regra na história portuária brasileira. Exceção, ao contrário do que se imagina, é a participação de empresas estatais!

OK! Então a ideia de privatização (desestatização) dos portos capixabas, de Santos, São Sebastião e Itajaí seria uma volta ao passado? Não!

Gestão descentralizada, autonomia e a clara separação das funções de operação, das de administração (e autoridade) portuária são apenas algumas das inúmeras diferenças, institucionais e conjunturais, entre as hipóteses de governança hoje cogitadas e aquele modelo que, concebido no Império, foi praticado por quase um século pelos portos brasileiros: temas para próximos artigos.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 13/07/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PARTES E INTERESSADOS PODERÃO SE MANIFESTAR ORALMENTE NA 483ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA AGÊNCIA

Pelo regulamento, o interessado terá dez minutos para fazer a sua sustentação oral sobre o processo destacado

A partir da 483ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, que será realizada por videoconferência no dia 30 deste mês, as partes e os interessados poderão fazer manifestações orais para sustentar suas razões nos processos em pauta nas reuniões da Diretoria da Agência. A medida, que tem por objetivo ampliar os mecanismos de participação social nas deliberações da Diretoria da Autarquia, foi regulamentada pela Resolução nº 7.701-ANTAQ, de 15 de abril de 2020, que entrou em vigor em 1º de julho último.

De acordo com a secretária-geral da Agência, Joelma Barbosa, a medida visa franquear ainda mais o acesso por qualquer interessado às reuniões deliberativas da direção colegiada da

ANTAQ. “Mesmo que o interessado não seja parte do processo, ele poderá requerer a sustentação oral caso tenha direito ou interesse que possa ser afetado pela decisão a ser adotada”, explicou a secretária-geral, ressaltando que a efetivação do pedido de sustentação oral, nesses casos, ficará sujeita ao deferimento do relator da matéria.



http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Joelma_Barbosa-1-225x300.jpg

Joelma Barbosa: “Medida visa franquear ainda mais o acesso por qualquer interessado às reuniões deliberativas da direção colegiada da ANTAQ”.

Pelo regulamento, os pedidos de sustentação oral deverão ser apresentados à Secretaria-Geral da ANTAQ por meio de formulário específico a ser disponibilizado no próprio portal da Agência em até 24 horas antes do início da reunião da Diretoria, e poderão ser formulados pelos próprios interessados ou por procuradores devidamente constituídos, tendo por objeto qualquer processo de deliberação pela Diretoria Colegiada, excetuados os processos normativos.

A secretária-geral da ANTAQ explicou como será a dinâmica do novo mecanismo nas reuniões da Diretoria da Agência: “Após a exposição da matéria pelo relator, cada parte e/ou interessado terá o prazo improrrogável de dez minutos para fazer a sua sustentação oral exclusivamente

sobre o processo destacado, não sendo admitida a sua realização sobre medida cautelar”, observou.

A Secretaria-Geral da ANTAQ divulgará no portal da Agência na internet, antes do início de cada reunião, a listagem dos processos com as partes e os interessados habilitados a realizar a sustentação oral.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 14/07/2020

ANTAQ REALIZA HOJE (13) AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE MACEIÓ

Os interessados poderão enviar contribuições pelo “Whatsapp”

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realizará hoje (13) audiência pública virtual sobre os documentos técnicos e jurídicos necessários à realização do certame licitatório do arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal, especialmente açúcar, localizado no Porto Organizado de Maceió (AL), denominado área MAC13. A audiência terá início às 15h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento.

Os interessados em se manifestar na audiência se inscreverão pelo aplicativo de mensagens “Whatsapp” no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h, do próprio dia 13/07. Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no “Whatsapp”.

Quem quiser participar também poderá se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo “Microsoft Teams”. Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no “Teams” para ser convidado a entrar na sala na sua vez.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta “Teams”, será disponibilizada uma segunda conexão ao final de todas as contribuições. O ideal é o interessado encaminhar sua contribuição pelo “Whatsapp”.

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no “Youtube”. O link da transmissão é: <https://youtu.be/znNsAvAbzyg>

Consulta pública

A consulta pública sobre os documentos para licitação da área no Porto de Maceió está em andamento no portal da Agência na internet. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 23/07/2020, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no sítio <http://portal.antaq.gov.br>.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos desta consulta/audiência pública estão disponíveis no endereço eletrônico: portal.antaq.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/audiencia-publica-2/.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 13/07/2020

ANTAQ DEVE REALIZAR LEILÃO DE ÁREA NO PORTO DE MACEIÓ EM JANEIRO DE 2021

Nesta segunda-feira (13), Agência realizou audiência pública virtual



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Foto-Bruno-Macei%C3%B3-300x272.jpg>

Bruno Pinheiro comandou a audiência pública virtual. Foto da capa (Divulgação/Porto de Maceió)

A ANTAQ realizou, nesta segunda-feira (13), audiência pública virtual sobre os documentos técnicos e jurídicos necessários à realização do certame licitatório do arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal, especialmente açúcar, localizado no Porto Organizado de Maceió (AL), denominado área MAC13. A expectativa da Agência é realizar o leilão em janeiro de 2021.

Os interessados em participar puderam se inscrever pelo aplicativo de mensagens “Whatsapp” e se manifestar por vídeo, áudio e por escrito. A participação também foi possível pela sala de reunião criada no aplicativo “Microsoft Teams”.

Toda a sessão virtual foi transmitida via streaming. Foi gravada e será disponibilizada no canal da ANTAQ no “Youtube”.

Consulta pública

A consulta pública sobre os documentos para licitação da área no Porto de Maceió está em andamento no portal da Agência na internet. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 23/07/2020, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site <http://portal.antaq.gov.br>.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos desta consulta/audiência pública estão disponíveis no endereço eletrônico: portal.antaq.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/audiencia-publica-2/.

Premissas básicas

O prazo contratual será de 25 anos. A receita bruta global alcançará R\$ 922,7 milhões. O arrendatário investirá R\$ 55,7 milhões. A expectativa de movimentação total no período é de 24,9 milhões de toneladas. A área do terminal alagoano é de 71.262 metros quadrados. A área é brownfield (previamente ocupada por estruturas permanentes) e inclui, entre outras composições, dois armazéns, dois quilômetros de esteiras, uma estação de descarga de caminhão e dois tanques de melaço.

Conforme o presidente da Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da Agência (CPLA), Bruno Pinheiro, a ANTAQ, o Ministério da Infraestrutura e a Empresa de Planejamento e Logística S.A. trabalham juntos para atrair investimentos para o país. A licitação da área do Porto de Maceió é mais um exemplo disso.

Para o assessor técnico da Diretoria da ANTAQ, Bruno Frota, a licitação da área no Porto de Maceió é importante, “pois Alagoas é o maior exportador de açúcar da Região Nordeste”. E ressaltou: “Mesmo com a pandemia do coronavírus, o governo federal está conseguindo manter seu organograma de licitações portuárias”.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 13/07/2020

ANTAQ AUTORIZA NOVOS REGISTROS DE INSTALAÇÕES DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E OPERAÇÃO DE EBNS



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/V-Fonseca-da-CostaAnota%C3%A7%C3%A3o-2020-07-10-152423-300x167.png>

Fotos: Divulgação das empresas.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ expediu instrumento de outorga de autorização para as seguintes empresas operarem, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação – EBN. As Resoluções, de

06/07/2020, foram publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 8 de julho último. São elas:

– HM ENGENHARIA COSTEIRA E PORTUÁRIA EIRELI, localizada em Vinhedo/SP, operar, por prazo indeterminado, como Empresa Brasileira de Navegação, na prestação de serviços na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP. (Resolução nº 7.853).

– V. FONSECA DA COSTA (Microempreendedor Individual – MEI), domiciliada no Rio Grande/RS, para operar, por prazo indeterminado, na prestação de serviços na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP (Resolução nº 7.860);

e Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP (Resolução nº 7.859);



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Eirele2Anota%C3%A7%C3%A3o-2020-07-10-150848-300x221.png>

– ISHIGURO & CIA LTDA., localizada em Guamá, Belém/PA, para operar, por prazo indeterminado, na prestação de serviços de transporte de carga, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União (Resolução nº 7.861); e

– OCEANPACT GEOCIÊNCIAS LTDA, localizada no Rio de Janeiro/RJ, para operar, por prazo indeterminado, na prestação de serviços de transporte nas navegações de Apoio Marítimo e Apoio Portuário (Resolução nº 7.870).

No dia 06 de julho último, a ANTAQ também autorizou o registro das seguintes instalações portuárias de apoio ao transporte aquaviário, todas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União de 08 de julho:

– L. A. AQUINO – ME, localizada em Corumbá/MT. A empresa deverá, contudo, realizar as adequações necessárias ao atendimento das condições operacionais básicas para movimentação de passageiros exigidas no art. 4º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ/2016, em cronograma a ser firmado com a Superintendência de Outorgas da Autarquia. (Resolução nº 7.854);



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/DelimaAnota%C3%A7%C3%A3o-2020-07-10-153055-300x170.png>

– DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, denominada “Delima Belém”, localizada em Belém/PA, revogando a Resolução nº 5.805-ANTAQ, de 24/11/2017, que autorizou o registro de Terminal de Uso Privado (TUP), de titularidade da empresa, em face da revisão da poligonal da área do

Porto Organizado de Belém e da nova autorização, ora concedida, sem descontinuidade das atividades exercidas naquela instalação. (Resolução nº 7.868); e

– PHOENIX VIAGENS E TURISMO LTDA, denominada “Phoenix Tour”, localizada em Ladário/MS. A Autarquia condiciona o registro da empresa e o início das operações ao cumprimento das obrigações elencadas pela Unidade Regional da Agência em Corumbá (URECO), após demonstrado que as instalações portuárias disponibilizadas aos passageiros detêm as mínimas condições necessárias de segurança, conforto e higiene, conforme previsto no artigo 4º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, e que sejam observados os procedimentos de segurança estabelecidos pela Autoridade de Trânsito municipal (AGEMTRAT) relativos à interdição da Rua do Porto durante as operações de embarque e desembarque de passageiros. (Resolução nº 7.869).

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 13/07/2020

O setor portuário brasileiro sempre foi visto com bons olhos por conta da geração de riquezas para o País e do volume da geração de empregos que é capaz de gerar. E uma das carreiras expoentes no segmento é a de Prático de Navios.



https://portogente.com.br/images/praticagem_navio.jpg

Praticagem Navio

Práticos de navios têm uma excelente remuneração – e esse é um dado conhecido e nada desprezível, apesar de sabermos que o dinheiro, sozinho, não garante felicidade. Diferentemente de outras profissões consideradas bem remuneradas, os práticos têm carga de trabalho regulada de forma rígida pela Marinha, que estipula jornadas mínimas e máximas, de forma que todos os práticos de um determinado porto possam trabalhar, manterem-se

atualizados e com proficiência, ao mesmo tempo, sem excesso de estresse que comprometa suas atividades.

E, como muitos sonham a vida inteira, tem, como local de trabalho, paisagens naturais e urbanas que são verdadeiros cartões postais – um aspecto significativo para firmar a Praticagem como melhor opção de carreira, principalmente no grupo de atividades com ingresso a partir de concurso público. Veja um pouco da carreira no vídeo abaixo!

A ciência ajuda a entender o interesse crescente pela Praticagem. O psicólogo de Harvard Dan Gilbert é considerado atualmente um dos maiores especialistas do mundo em felicidade, e percorre o mundo com suas ideias e livros ajudando pessoas de todas as idades e formações tentam entender os caminhos para ser feliz.

Em entrevista ao jornal espanhol El País, Gilbert fez afirmações surpreendentes, como a defesa da segurança financeira como um objetivo de vida válido na busca pela felicidade. Desmistificando o clássico ditado de que “dinheiro não trás felicidade”, afirmou: “O dinheiro não compra a felicidade? Sim, ele compra. Não existe nenhum estudo que mostre que um euro a mais faça diminuir a felicidade”, disse Gilbert. Apesar da segurança financeira ser um objetivo de interesse, ressalta que não é prudente concentrar suas energias apenas neste pilar. Felizmente, este é um aspecto muito favorável da Praticagem frente a outras profissões.



O acesso à carreira de Prático se dá por meio de um concurso público conduzido pela Marinha do Brasil. Podem participar brasileiros, homens e mulheres, com mais de 18 anos. Não é necessário formação naval. O concurso possui outros pré-requisitos, que podem ser vistos clicando aqui, sendo o principal deles ter ensino superior completo em qualquer área de conhecimento.

https://portogente.com.br/images/praticos_escada_navio.jpg

Se quiser conhecer melhor a jornada dos Práticos em atividade hoje, do início dos estudos até a tão sonhada aprovação no concurso, é possível ver uma série de entrevistas realizadas com ex-alunos do Curso H no Youtube, como o caso de um Prático de Navios da ZP-01, que contou sua trajetória e ressaltou a importância de manter a disciplina e foco na preparação:

“Eu nunca fui bom aluno, mas uma coisa que eu sou, eu sou muito, é dedicado. Quando eu decidi, eu sentei oito horas por dia, parei tudo o que eu fazia e estudei oito horas por dia. Já vinha de um concurso em 2011 e eu não passei. E ao invés de eu parar de estudar, continuei estudando. E por surpresa... tem aquela coisa que eu acho que é um pouco de destino, ninguém esperava o concurso, nem eu mesmo, e, de repente, no ano seguinte mais um concurso... então, me pegou completamente preparado e isso me ajudou muito.”

O Prático em questão não tinha qualquer formação ou conhecimento do ramo marítimo quando decidiu entrar na carreira. Com esforço e dedicação, todos podem se tornar um Prático de Navios! Se você tem interesse em iniciar sua preparação para o concurso, recomendamos começar pelo Curso Básico, que terá uma turma iniciando em 20 de Julho. O curso, que é 100% online, te dá a base necessária para a tão sonhada aprovação. Você aprenderá de maneira simples e eficiente, todos os fundamentos que constam no conteúdo programático do edital. Além disso, poupará o enorme trabalho de identificar e juntar todo o material de estudo necessário.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 13/07/2020

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA ALCANÇA 100% DE SERVIÇOS DIGITALIZADOS

Assessoria de Comunicação

Meta de tornar digital todos os serviços prestados pela Pasta foi antecipada em seis meses. Todos os serviços oferecidos pelo Ministério da Infraestrutura já estão 100% digitalizados. O último serviço entregue foi a obtenção da 2ª via da credencial do Passe Livre pela internet. Com isso, a meta de digitalizar todos os serviços ofertados, que tinha previsão para acontecer em dezembro de 2020, segundo o Plano Digital da Pasta, foi antecipado em seis meses. A agenda de Transformação Digital é uma política prioritária do Governo Federal.



https://portogente.com.br/images/Digitaliza%C3%A7%C3%A3o_infraestrutura.jpg

Digitalização infraestrutura

O secretário-Executivo do MInfra, Marcelo Sampaio, explicou que as ações referentes à transformação digital continuarão sendo realizadas para o aprimoramento dos serviços prestados. "Desde o início do ano passado, por orientação do presidente Jair Bolsonaro, trabalhamos fortemente para digitalizar 100% dos nossos serviços", salientou Sampaio. "Agora que alcançamos esse primeiro

objetivo vamos continuar focados na qualidade dos serviços prestados, eliminando exigências desnecessárias e conferindo uma melhor experiência aos usuários", finalizou.

Durante a apresentação da agenda de ações realizadas pelo Ministério nos 100 primeiros dias de gestão, realizada em abril de 2019, foi aprovado o Plano de Transformação Digital da Pasta. Naquela época, o diagnóstico de serviços do setor apontava que o MInfra possuía 73% dos seus serviços digitalizados. Agora, com a última entrega, o Ministério passou a ofertar, em sua carta de serviços digitais, 27 serviços 100% digitalizados.

Para Fernando Coelho, subsecretário de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (SGETI), os avanços na agenda de Transformação Digital têm sido possibilitados pela importância e prioridade que o tema tem dentro do Ministério. "O Programa de Transformação Digital foi elevado à programa estratégico e assim elaboramos uma intensa agenda de digitalização em articulação

com as entidades vinculadas", explicou. "Construímos também um Escritório de Projetos de Transformação Digital, possibilitando resolver entraves e mitigar riscos à consecução dos projetos, acelerando a mudança", apontou Fernando.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 13/07/2020

GOVERNO FEDERAL ENVIA PROJETO DA FERROGRÃO PARA O TCU

Assessoria de Comunicação

Análise do tribunal é último passo para publicação do edital de construção de nova ferrovia entre Mato Grosso e Pará

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) protocolou, no dia 10 de julho último, o projeto de concessão da Ferrogrão para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A nova ferrovia ligará Sinop, no norte do Mato Grosso a Itaituba, no Pará.



https://portogente.com.br/images/600_Ferrovias_PAC.jpg

Ferrovias PAC

O plano, acompanhado dos estudos técnicos e das minutas de edital e de contrato foi assinado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, após liberação da diretoria da ANTT, no dia 7 último. Cabe ao TCU agora a análise da documentação para a publicação do edital de licitação a ser publicado ainda esse ano.

"Hoje, mais de 70% da safra matro-grossense é escoada pelos portos de Santos/SP e de Paranaguá/PR, a mais de dois mil quilômetros da origem. Esse cenário mostra a relevância do projeto dentro do sistema logístico de cargas do país, sendo um diferencial para a sua atratividade junto a potenciais investidores", declarou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas.

A Ferrogrão será uma das vias mais importantes do país e um dos ativos mais aguardados pelos investidores. Com 933 km de extensão, ela tem papel estruturante para o escoamento da produção de milho, soja e farelo de soja do estado do Mato Grosso, prevendo-se ainda o transporte de óleo de soja, fertilizantes, açúcar, etanol e derivados do petróleo. São esperados investimentos de R\$ 8,4 bilhões no projeto de concessão.

Sua implementação irá consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte, ligando Sinop (MT) ao Porto de Itaituba (PA). Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis (PA), com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km. O projeto faz frente à expansão da fronteira agrícola brasileira e à demanda por uma infraestrutura integrada de transportes de carga. O empreendimento aliviará as condições de tráfego na BR-163/PA, diminuindo o fluxo de caminhões pesados e os custos com a conservação e a manutenção.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 13/07/2020

PEDRAS NO CAMINHO DA DESESTATIZAÇÃO DOS PORTOS

Editorial Portogente

"Em política, considerações de grau, de percepção do momento, de aproveitamento de oportunidade ou de detecção do perigo sobrepõem a julgamentos sobre a intenção interior ou a pureza formal das ações concretas." (Marçílio Marques Moreira - O Pensamento Político de Maquiavel)

Se não houve elementos para cancelar o contrato da DTA Engenharia, que venceu um leilão oficial para dragagem do Porto de Santos, no litoral paulista, e que a juíza Federal Alessandra Nuyens Aguiar Aranha, da 4ª Vara Federal de Santos, julgou improcedente o mandado de segurança impetrado pela Van Oord Serviços de Operações Marítimas Ltda, há questionamentos que demandam esclarecimentos do Ministério da Infraestrutura.



https://portogente.com.br/images/Dad_13JUL2020.jp
g

Dad 13JUL2020Porto de Busan (Coreia do sul).

Este caso abrange o controvertido aditamento de um contrato encerrado havia mais de oito meses, para cobrir o tempo de judicialização - com preço superior - da proposta vencedora da DTA. No entanto, ainda não foram apresentadas razões que desfaçam eventual impressão de um prêmio de consolação oferecido à Van Oord, segunda colocada no leilão, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit).

No mesmo diapasão, encontra-se o caso do superfaturamento da dragagem do mesmo canal do Porto de Santos pela Dragabrás, controlada pelo grupo belga Deme, revelado por Portogente. Desde a assinatura de um aditamento ao contrato no valor de R\$ 18 milhões em 2017, para pagar uma medição não aceita pelo engenheiro fiscal, não foi ainda dado o esclarecimento devido por uma empresa pública. Mas o engenheiro foi transferido imediatamente.

Essa conjuntura de coisas graves não bem elucidadas é tóxica ao processo em curso, de desestatização dos portos de Santos e de São Sebastião. O fato da apuração do caso Dragabrás correr sob sigilo confronta com os princípios elementares da conformidade, definitivos na empresa moderna. Convenhamos que o tempo decorrido foi suficiente para elaborar as explicações devidas. Pois os dados do caso são públicos e bem demonstrados.

A desestatização do Porto de Santos é, principalmente, a privatização dos serviços da dragagem por resultado - da manutenção das profundidades de projeto. Do que se percebe de tantas coisas esquisitas, a falta de entendimento pode prejudicar a legitimação dessa oportuna e tão urgente reforma.

Há muitas pedras pelo caminho.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 13/07/2020

AVISOS DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA CDRJ ALCANÇAM BONS RESULTADOS E SINALIZAM PERSPECTIVA DE INVESTIMENTOS NOS PORTOS DA COMPANHIA

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

Encerrado o prazo das manifestações geradas pelos avisos de chamamento público da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), no último dia 07, o resultado foi divulgado pela Gerência de Desenvolvimento de Negócios da companhia. No total, foram 22 empresas interessadas em apresentar projetos para os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí. Além dessas, outras empresas demonstraram interesse em uma eventual licitação das áreas.

Seis avisos foram publicados no Diário Oficial da União em abril e todos receberam manifestações de interesse dos investidores. Com o chamamento público, a CDRJ tem buscado maior celeridade nos processos de arrendamento e maior interação com o mercado, mostrando as oportunidades de investimentos nos portos e entendendo sua demanda.

Segundo o gerente de Desenvolvimento de Negócios da companhia, Eduardo Miguez, mesmo com o cenário de crise gerado pela pandemia da COVID-19, o número de manifestações de interesse nos projetos reforça a boa perspectiva de retomada econômica. “Nossos portos são fundamentais para propiciar esse ambiente de investimentos, aumentando a arrecadação da companhia, de impostos para o governo, gerando emprego e renda para a sociedade e viabilizando a operação de toda a cadeia logística de comércio exterior”, ressaltou.

Para o Porto de Itaguaí, os projetos são referentes às seguintes áreas: Terminal de Granel Sólido 2 em área “greenfield”; terminal de Granel Sólido 3; Terminal de Granel Líquido; Operação de

Transbordo de Granel Líquido (ship to ship); e área de apoio à operação portuária. Já para o Porto do Rio de Janeiro, o projeto é para elaboração e doação de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para um terminal de granel líquido.

Ao final do processo, todas as manifestações de interesse serão encaminhadas à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA).

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 14/07/2020

PORTO DO RIO DE JANEIRO PASSA A TER SINALIZAÇÃO NÁUTICA PROVIDA DE AIS ATON HOMOLOGADO PELA ANATEL

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) anunciou, nesta quarta-feira (8), que o Porto do Rio de Janeiro conseguiu a homologação do Sistema de Identificação Automática de Embarcações com Auxílios à Navegação (AIS AtoN) das boias articuladas submersíveis recém-instaladas no Canal de Cotunduba, principal acesso ao porto para navios de grande porte. Com isso, o Porto do Rio de Janeiro passa a ter sinalização náutica com esse dispositivo devidamente homologado perante a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Esse e outros avanços foram apresentados durante reunião mensal do Grupo de Trabalho (GT) que discute projetos de melhoria do acesso aquaviário ao Porto do Rio de Janeiro, coordenado pela CDRJ e composto também por representantes da Marinha do Brasil (MB), da Praticagem-RJ e das empresas arrendatárias dos terminais do porto (MultiRio, ICTSI Rio e Triunfo Logística).

Segundo o Gestor do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS) dos portos do Rio de Janeiro e Niterói, Marcelo Villas-Bôas, “de posse do certificado de conformidade técnica, o próximo passo será o ativação dos transceptores com os códigos atribuídos pela Anatel a cada uma dos transceptores das boias no novo balizamento para que elas possam integrar o serviço móvel marítimo”. Ainda de acordo com Villas-Bôas, “os dispositivos de AIS AtoN aumentarão a segurança da navegação, pois transmitirão marcadores virtuais que indicarão aos navios seu exato posicionamento, facilitando suas manobras”.

Outro assunto tratado durante o encontro foi o início da segunda fase das manobras experimentais noturnas no Canal de Cotunduba, autorizado pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ) e programado para ser retomado na próxima semana. Nesta fase do “ramp up”, serão realizadas três manobras de saída e três de entrada com navios entre 286 a 306 metros de comprimento. Os referidos testes são necessários uma vez que o Canal ganhou uma nova sinalização náutica recentemente, no intuito de permitir a navegação noturna com segurança dos navios de grande porte.

A pauta da reunião foi extensa e incluiu o andamento da implementação da 1ª Fase do Projeto do VTMIS até o 1º Trimestre de 2021, que prevê a operacionalização de um Local Port Service (LPS) nos Portos administrados pela CDRJ. Nesse sentido, foram mostradas as ações em curso que envolvem a instalação de duas câmeras de CFTV no Morro da Urca, a passagem de cabo de fibra ótica interligando a CDRJ ao Edifício Alte. Tamandaré (EAT), sede do Comando de Operações Navais (ComOpNav), e a instalação de rádio enlaces no topo do Edifício Barão de Ladário (EBL), também da MB e que servirá como nóculo central dos dados gerados pelos sensores do VTMIS.

De acordo com o Diretor de Gestão Portuária da CDRJ, Shalon Charles da Silva Gomes, “essa é mais uma grande conquista, fruto do trabalho conjunto das mais diversas áreas da Companhia, cabendo um agradecimento especial à equipe de TI, que vem dando todo o suporte necessário para que a Superintendência do Porto do Rio de Janeiro possa implantar os diversos projetos de tecnologia que estão sendo desenvolvidos para o porto.”

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 14/07/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA CHINA SOBEM INESPERADAMENTE EM JUNHO



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/01/87ea7c4679d42f01cd9ef70c267661d49a3de2be-768x432.jpg>

Visão externa do porto de Qingdao, na província de Shandong (China) (Crédito: AFP)

que o país conseguiu controlar parcialmente a pandemia da covid-19 e alguns países desenvolvidos iniciaram o processo de reabertura.

As exportações chinesas avançaram 0,5% em junho, ante declínio de 3,3% em maio, informou a Administração Geral de Alfândegas do país. O resultado surpreendeu economistas consultados pelo The Wall Street Journal, que esperavam recuo anual de 4,3% em junho.

Já as importações aumentaram 2,7% no mês passado, após sofrerem um tombo de 16,7% em maio, conforme os dados alfandegários. As importações de junho também superaram de longe as expectativas, que eram de queda de 10%.

O superávit comercial chinês em junho ficou em US\$ 46,42 bilhões, volume expressivamente menor do que o superávit de US\$ 62,93 bilhões em maio e abaixo também da expectativa de economistas, que era de US\$ 59,30 bilhões. Fonte: Dow Jones Newswires.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/07/2020

DÓLAR CAI COM BALANÇA CHINESA, MAS DESACELERA AJUSTE COM PIORA DO PETRÓLEO

O dólar opera em baixa no mercado doméstico nesta terça-feira, após ter subido mais de 1% ontem, guiado pela desvalorização predominante no exterior em relação a divisas principais e emergentes ligadas a commodities. Investidores se animam com os dados da balança comercial chinesa melhores que o esperado em junho, que reforçam os sinais de retomada econômica na China.

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de maio veio pior que o esperado. O indicador subiu 1,31% no quinto mês, ficando aquém do piso de 1,9% das estimativas na pesquisa do Projeções Broadcast, do sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, cujo teto era de 7,2%, com mediana de 4,4%. Na comparação com maio de 2019, caiu 14,24%, o que veio mais intenso que a mediana de recuo de 12,2% (intervalo de -16,3% a -9,8%).

Mais cedo, a moeda americana desacelerou a queda ante o real, reagindo a uma piora do petróleo depois que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) previu que a demanda pelo óleo em 2021 ainda estará abaixo do nível pré-crise, apesar da tendência de recuperação da economia global

Às 9h37 desta terça, o dólar à vista caía 0,18%, a R\$ 5,3774. O dólar futuro para agosto cedia 0,42%, a R\$ 5,3850.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/07/2020

PRORROGAÇÃO DE DESONERAÇÃO DE FOLHA POR UM ANO É POSSÍVEL, DIZ RODRIGO MAIA

Para Maia, prorrogação de desoneração de folha por um ano é perfeitamente possível

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a defender a prorrogação da desoneração da folha de salários por um ano, barrada por um veto do presidente Jair Bolsonaro. “A prorrogação por um ano acho que é perfeitamente possível, que o governo tem condições de colocar no Orçamento e que claro que, se o parlamento derrubar o veto, cabe ao parlamento encontrar os caminhos para fechar o orçamento de 2021”, disse Maia nesta terça-feira.

Um levantamento da consultoria política Arko Advice aponta 377 deputados e 39 senadores favoráveis à derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro que barrou a desoneração da folha de salários até o fim de 2021, um placar bem próximo dos votos necessários (257 deputados e 41 senadores). Empresários também têm se mobilizado em defesa da prorrogação da medida, que atende 17 setores da economia e vale até o final de 2020.

A desoneração termina no fim de 2020, e sua extensão enfrentou resistências na equipe econômica, que prefere discutir uma política geral de estímulo à geração de empregos para o pós-pandemia. Há uma preocupação também de não tirar espaço no teto de gasto (regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação) no ano que vem. Entre os setores que ainda são beneficiados pela desoneração da folha estão call centers, tecnologia da informação, construção civil, calçados, indústria têxtil e comunicação.

“Precisamos manter os empregos, mas sabemos que a desoneração por mais de um ano seria um período longo e um custo grande”, afirmou Maia. Ele negou que tenha recebido qualquer nova proposta do governo para tentar desarticular a derrubada do veto. “Não recebi nenhuma proposta de acordo. Talvez, o governo tenha feito para os líderes e outros deputados. Comigo ninguém conversou sobre esse tema”, afirmou.

Reforma tributária

A Câmara deve retomar nesta quarta-feira, 15, os debates sobre a reforma tributária. Maia disse que aguardava a retomada da comissão mista, que reúne deputados e senadores, mas não foi possível. Por isso, dará continuidade apenas na Câmara.

“Se pudermos retomar o debate com o Senado muito melhor, mas acredito que um novo IVA (imposto sobre o valor acrescentado) nacional, simplificação dos impostos sobre consumo é muito importante, urgente e vai ser base importante da recuperação da confiança de nosso País. Então, vamos retomar esse debate”, disse.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/07/2020

CÂMARA DEVE RETOMAR DEBATE SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA NA QUARTA-FEIRA, DIZ MAIA

A Câmara deve retomar na quarta-feira, 15, os debates sobre a reforma tributária. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aguardava a retomada da comissão mista, que reúne deputados e senadores, mas não foi possível, por isso, dará continuidade apenas na Câmara.

“Se pudermos retomar o debate com o Senado muito melhor, mas acredito que um novo IVA – Imposto Sobre o Valor Adicionado – nacional, simplificando os impostos sobre consumo, é muito importante, urgente e vai ser base importante da recuperação da confiança de nosso País. Então, vamos retomar esse debate”, disse ele.

Meio ambiente

O presidente da Câmara voltou a afirmar a importância do meio ambiente para o futuro do País e atração de investimentos. “Venho alertando sobre esse tema desde o ano passado”, disse. “O tema do meio ambiente é muito importante para o futuro do nosso País, o impacto nas mudanças climáticas, sabemos que a floresta Amazônica tem um peso muito grande nos resultados do País. Reafirmar os acordos que o Brasil assinou nos últimos anos é muito importante”, afirmou.

Em meio às maiores taxas de alerta de desmatamento da Amazônia dos últimos cinco anos, foi exonerada nesta segunda-feira, 13, a pesquisadora responsável pelo grupo que monitora oficialmente a devastação florestal no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Lúbia Vinhas foi retirada do cargo de coordenadora-geral de Observação da Terra do Inpe, departamento responsável pelos sistemas Deter e Prodes, que acompanham o desmatamento da Amazônia.

Ao ser questionado sobre essa exoneração, Maia falou da importância do tema e disse que o cuidado com o meio ambiente precisa ser sinalizado não só com palavras, mas com ações concretas.

Ele disse ainda que é necessário o fortalecimento de agências ligadas ao meio ambiente.

Fundeb

A votação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) pela Câmara dos Deputados deve acontecer na próxima semana, segundo o presidente da Casa.

“O governo pediu que nós construíssemos as condições para que o novo ministro pudesse participar do debate”, disse Maia.

Segundo ele, a relatora da Proposta de Emenda à Constituição que trata do tema, deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), está aguardando um convite ao novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, para debater o tema.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/07/2020



EXTRA ONLINE

VOLATILIDADE DOMINA E DÓLAR VOLTA A CAIR EM SINTONIA COM VAIVÉM EXTERNO

Por José de Castro

SÃO PAULO (Reuters) - A montanha-russa no mercado de câmbio doméstico continuava na tarde desta terça-feira, com o dólar abrindo mão dos ganhos de mais cedo e passando a cair, variando mais de 10 centavos de real entre a máxima e a mínima.

O pregão é volátil também no exterior, o que denuncia uma crescente cautela do mercado com um "combo" formado por aumento de casos de Covid-19 e suas consequências, sinais mistos sobre a atividade econômica pelo mundo e renovadas tensões geopolíticas entre EUA e China.

O dólar voltou a perder força no Brasil depois de 12h, quando os mercados globais ensaiaram recuperação em meio à demanda por ativos que se beneficiam de ciclos econômicos. Mas o vaivém seguia constante, à medida que se mantinha o temor de mais retrocesso em processos de reabertura das economias.

"No caso dos EUA, painel semanal de dados de alta frequência mostra, como seria de esperar, que o 'aumento de novos casos de Covid-19 está diminuindo o ritmo da recuperação da economia norte-americana da pandemia", disse o conselheiro econômico principal da Allianz, Mohamed A. El-Erian, no Twitter.

Análises de Bank of America e Morgan Stanley chamam atenção para o acúmulo de posições compradas em ações do setor de tecnologia nos EUA, o que apontava riscos de um mercado "esticado". O receio é que uma ampla realização possa gerar fuga de mercados mais arriscados e voltar a turbinar os preços de ativos como o dólar.

Sobre o dólar/real, o Bank of America relatou que gestores de fundos pioraram as expectativas para a moeda brasileira em relação a um mês atrás. Segundo o BofA, 43% dos participantes de sondagem mensal esperam o dólar acima de 5,30 reais ao fim do ano, contra 19% no mês passado, com boa parte projetando que a moeda ficará entre 5,31 reais e 5,60 reais ao término de 2020.

Às 15h41, o dólar à vista caía 0,94%, a 5,3372 reais na venda. A moeda oscilou entre alta de 1,24%, para 5,4548 reais, e queda de 1,03%, a 5,3327 reais.

O real figurava entre as divisas de melhor performance nesta sessão, depois de mais cedo ocupar a ponta de baixo. O peso mexicano lidera os ganhos, em alta de 1,4%. O índice do dólar frente a uma cesta de moedas cedia 0,3%, não distante das mínimas da sessão.

Fonte : Extra Online

Data : 14/07/2020

EM CARTA, EX-MINISTROS DA FAZENDA E EX-PRESIDENTES DO BC DEFENDEM RETOMADA VERDE

Área da Floresta Amazônica afetada pelas queimadas que chamaram a atenção do mundo em 2019
Área da Floresta Amazônica afetada pelas queimadas que chamaram a atenção do mundo em 2019 Foto: Ricardo Moraes / Reuters

Por Gabriel Shinohara

Ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central (BC) se uniram para assinar uma carta defendendo uma retomada econômica atenta ao meio ambiente e o objetivo de desmatamento zero na Amazônia e no Cerrado.

A divulgação da carta veio após pressões de investidores internacionais e de empresários brasileiros que pediram um combate mais efetivo do desmatamento pelo governo brasileiro.

A carta foi assinada pelos ex-ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, Gustavo Krause, Henrique Meirelles, Joaquim Levy, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Máilson da Nóbrega, Marcílio Moreira, Nelson Barbosa, Pedro Malan, Rubens Ricupero e Zélia Cardoso de Mello.

Entre os ex-presidentes do BC, Alexandre Tombini, Armínio Fraga, Gustavo Loyola, Ilan Goldfajn e Persio Arida assinaram a carta. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi ministro da Fazenda, também apoiou a manifestação.

Na carta, esses nomes alertam que os custos de "descuidar" do meio ambiente podem ser ainda maiores do que os da atual pandemia do coronavírus.

"Os efeitos de longo-prazo da pandemia serão severos, inclusive devido ao contexto fiscal ainda mais desafiador. Superar a crise exige convergirmos em torno de uma agenda que nos possibilite retomar as atividades econômicas, endereçar os problemas sociais e, simultaneamente, construir uma economia mais resiliente ao lidar com os riscos climáticos e suas implicações para o Brasil".

Imagem de chamada

Envie denúncias, informações, vídeos e imagens para o WhatsApp do Extra (21 99644 1263)

O ex-presidente do Banco Central no governo Temer, Ilan Goldfajn, afirmou que não há como ter crescimento sustentável sem considerar as questões do meio ambiente. Ele ressalta que atualmente os investimentos são importantes para o crescimento econômico.

— Tivemos recentemente vários investidores do norte da Europa condicionando o seu investimento ao dinheiro ser utilizado de forma responsável, de forma sustentável, ligando para o meio ambiente. A imagem do Brasil está relacionada a este tema e o investimento obviamente vai afetar o nosso crescimento no médio e longo prazo.

Os assinantes da carta ainda destacam que a retomada econômica oferece oportunidade para promover uma economia “de baixo carbono e sustentável”. Eles também destacam que o Brasil tem vantagens no campo da matriz energética, por exemplo, com “abundante radiação solar”, além de recursos hídricos e florestas.

“Por isso, nós, ex-Ministros da Fazenda e ex-Presidentes do Banco Central do Brasil, subscrevemos este documento e defendemos que critérios de redução das emissões e do estoque de gases de efeito estufa na atmosfera, e de resiliência aos impactos da mudança do clima sejam integrados à gestão da política econômica”.

Retomada

Os economistas apontam alguns princípios que poderiam nortear a retomada econômica. Entre eles, investimentos público e privado em desenvolvimento de tecnologias com baixa emissão de carbono, zerar o desmatamento na Amazônia e no Cerrado e um controle melhor do cumprimento às leis de proteção ambiental.

Armínio Fraga, ex-presidente do BC no governo Fernando Henrique, ressaltou que as mudanças climáticas em si podem ter um impacto “devastador”, inclusive para o setor do agronegócio, o mais produtivo do país.

Fraga afirmou que o governo precisa tomar medidas, como a repressão aos crimes ambientais e incentivar a redução do uso dos combustíveis fósseis e a pesquisa de novas tecnologias.

— Acredito que nós temos que colocar o tema como uma prioridade máxima da política econômica e nós temos as ferramentas.

Fonte : Extra Online

Data : 14/07/2020

VALE TEM MÁXIMA HISTÓRICA COM ALTA DO MINÉRIO E EXPECTATIVA DE RETOMADA DE DIVIDENDO

Por Paula Arend Laier

SÃO PAULO (Reuters) - As ações da Vale renovaram máxima histórica nesta terça-feira, a 61,52 reais, apoiadas em expectativas relacionadas à retomada do pagamento de dividendos e à demanda por minério de ferro, particularmente na China, que mostrou um salto de 17% nas importações da commodity no mês passado.

O diretor financeiro da companhia, Luciano Siani, afirmou no começo do mês que a Vale encontra-se apta a retomar a política de pagamento de dividendos e, para tanto, depende apenas da redução de incertezas relacionadas à pandemia do coronavírus.

Nesta terça-feira, analistas do Goldman Sachs publicaram relatório no qual estimam que a companhia deve anunciar a retomada do pagamento de dividendos já com os resultados do segundo trimestre, previstos para o próximo dia 29. Antes, a mineradora reporta o desempenho da produção no período.

"Se isso acontecer, será um importante catalisador para a ação", avaliaram Thiago Ojea e Lucas Canteras, que reiteraram a recomendação de compra dos papéis da mineradora.

A Vale suspendeu a distribuição de dividendos na sequência do rompimento de uma barragem da companhia em Brumadinho (MG) em janeiro passado, um desastre que deixou centenas de mortos.

Desde então, tem havido especulações sobre o retorno da política de remuneração dos acionistas. No final de junho, analistas do BTG Pactual saíram de reunião com executivos da mineradora com a impressão de que existia uma alta probabilidade de retomada ainda em 2020, estimando que isso poderia acontecer no terceiro trimestre.

Por volta de 16:10 desta terça-feira, as ações da Vale subiam 6,45%, a 61,37 reais, principal suporte do Ibovespa, que avançava 1,67%. Na máxima até o momento, os papéis subiram 6,7%, renovando recorde intradia. No ano, as ações acumulam alta de mais de 15%.

Dados conhecidos antes da abertura da bolsa também mostraram que as importações chinesas de minério de ferro aumentaram 17% em junho em relação ao mês anterior, atingindo o nível mais alto em 33 meses, impulsionadas pela forte demanda. O maior produtor de aço do mundo comprou do exterior 101,68 milhões de toneladas de minério de ferro no mês passado.

Os futuros do minério de ferro na China, por sua vez, avançaram pela segunda sessão consecutiva nesta terça-feira, reforçando o cenário positivo para a Vale, em meio a um sentimento positivo no mercado quanto à recuperação econômica e apostas de demanda melhor após a estação de chuvas.

O contrato da matéria-prima mais comercializado para entrega em setembro na bolsa de Dalian está em máximas históricas.

Em relatório na semana passada, o Credit Suisse destacou que os preços de minério de ferro têm permanecido resilientes neste ano, apoiados pela produção de aço mais forte do que o esperado na China.

Preocupações com a oferta do Brasil devido ao avanço do coronavírus no país, que tornou-se a segunda nação em casos e mortes pela pandemia, atrás apenas dos Estados Unidos, também têm ajudado a dar fôlego às cotações do minério de ferro mais recentemente.

Os analistas do Credit também afirmaram que veem os preços bem sustentados até 2022, quando vislumbram um superávit maior se formando, pois a Vale deve recuperar perto de 90 milhões de toneladas em capacidade de produção nos próximos dois anos.

Na ocasião, a equipe do Credit Suisse reiterou a recomendação 'outperform' para os ADRs da Vale e elevou o preço-alvo de 14 para 16 dólares.

Nesta tarde, as ações da mineradora que são negociadas no mercado norte-americano subiam 6,8%, a 11,515 dólares.

Analistas do Bradesco BBI também reiteraram recomendação 'outperform' para os papéis da companhia, elevando os preços-alvo a 85 reais para a ação negociada na B3 e a 17 dólares para o ADR.

Eles veem um 'upside' substancial e elencaram entre os fatores os fundamentos saudáveis do mercado de minério de ferro em 2020/21, que apoiam uma elevada geração de fluxo de caixa livre para a empresa.

Também citaram margem para dividendos substanciais, à medida que a redução de riscos de Brumadinho avança, bem como tendências operacionais sólidas, embora evoluindo em um ritmo mais lento que o esperado. Ainda na lista estão melhoria na alocação de capital e fim do acordo de acionistas.

Fonte : Extra Online

Data : 14/07/2020

PORTO DE SANTOS TEM MOVIMENTAÇÃO RECORDE NO 1º SEMESTRE PUXADO POR COMMODITIES AGRÍCOLAS

Por Gabriel Araujo; edição de Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - O porto de Santos registrou entre janeiro e junho de 2020 um recorde semestral de movimentações, atingindo a marca de 70,3 milhões de toneladas, impulsionado principalmente pelas exportações de commodities agrícolas, informou a Santos Port Authority (SPA) nesta terça-feira.

O volume representa um avanço de 10,6% na comparação anual, com altas de 13,9% nas exportações e de 2,6% nas importações, segundo comunicado da autoridade portuária, que destacou resultados positivos inclusive nos segmentos mais afetados pela pandemia de coronavírus, como o de contêineres.

Em termos de exportações, os embarques de açúcar dispararam 40% no período, a 8,7 milhões de toneladas, enquanto as exportações do complexo soja bateram 22,8 milhões de toneladas, alta de 27% no ano a ano. Santos é o principal porto do Brasil para embarques dos dois produtos.

Os embarques de commodities do Brasil têm sido estimulados pelo câmbio favorável e uma firme demanda chinesa, especialmente por soja, principal produto de exportação do país. No caso do açúcar, o Brasil também ampliou suas exportações em momento de menor oferta em outros países competidores, o que chegou a gerar filas e espera para os despachos.

No fronte da importação, o porto verificou no semestre altas de cerca de 30% nos desembarques de adubo, a 2,7 milhões de toneladas, e de óleo diesel e gásóleo, a 1,4 milhão de toneladas.

"Os bons números do porto refletem a pujança do agronegócio e o efeito favorável do câmbio para as exportações. No acumulado do ano, também o contêiner, que movimenta as cargas de maior valor agregado e as mais afetadas pela pandemia, registra avanço importante", disse em nota o presidente da SPA, Fernando Biral.

Considerando apenas junho, Santos registrou seu quinto recorde mensal consecutivo, movimentando 12,3 milhões de toneladas, avanço de 6,2%. Apesar de um nível menor de desembarques ante junho de 2019, as exportações -- novamente puxadas por commodities agrícolas -- permitiram o resultado.

Os embarques em junho totalizaram 9,4 milhões de toneladas, alta de 14,6% no ano a ano; os desembarques somaram 2,8 milhões de toneladas, queda de 14,3%, apontou a SPA.

Fonte : Extra Online

Data : 14/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

GUEDES DEFENDE CORREÇÃO DE 'ERROS' EM POLÍTICA AMBIENTAL

O Globo,

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, durante evento da Organização para Cooperação e ...

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, durante evento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o Brasil deve avançar em iniciativas para preservar o meio ambiente. Em junho, o desmatamento na Amazônia bateu recorde, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

" O Brasil é um país que alimenta o mundo, preservando seu meio ambiente. Se há excessos e há erros, corrigiremos. Não aceitaremos o desmatamento ilegal, a exploração ilegal de recursos " disse Guedes, na Cúpula Ministerial Virtual da OCDE sobre Inclusão Social para a América Latina e o Caribe.

A fala do ministro ocorre após uma pressão de investidores internacionais e empresários locais, que defendem mudanças na política ambiental brasileira.

O movimento começou no fim de junho, quando um grupo de investidores que administra US\$ 3,75 trilhões (cerca de R\$ 20 trilhões) em ativos enviou uma carta aberta a embaixadas brasileiras em oito países manifestando preocupação com aumento do desmatamento no país.

Executivos brasileiros têm sido questionados no exterior sobre as ações das empresas em relação ao meio ambiente. A nova diplomacia do país, que emprega forte conteúdo ideológico contra parceiros comerciais importantes, agrava o quadro.

Indústrias com reconhecimento global por práticas sustentáveis passaram a ser indagadas por clientes e investidores lá fora, tendo que gastar energia extra para explicar que nem todos no Brasil têm práticas que põem em risco a Amazônia.

redução de queimadas

Em pronunciamentos recentes sobre o assunto, Guedes evitara admitir que há melhorias a serem feitas na área ambiental e atribuía as críticas a problemas sobre a imagem do país no exterior. Ontem, Guedes repetiu críticas ao que considera serem "falsas narrativas" sobre a gestão ambiental brasileira.

" Nós queremos ajuda, mas não aceitamos falsas narrativas sobre o que aconteceu no Brasil nas últimas décadas " disse o ministro.

Na semana passada, o vice-presidente Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia, se reuniu com investidores para mostrar ações na área, em uma estratégia do Palácio do Planalto para evitar uma fuga de recursos.

Ontem, Mourão disse que as queimadas na Amazônia terão uma redução no segundo semestre, o que poderá ajudar a trazer de volta investimentos ao Brasil.

" A partir do momento em que nós apresentarmos resultados positivos, como por exemplo, no segundo semestre desse ano com a questão da queimada tendo reduzido (...) todo mundo vai voltar a investir bem aqui no Brasil " disse o vice-presidente, em uma videoconferência com investidores.

Enquanto Mourão e Guedes sinalizam mudanças de postura nas questões ambientais, o governo exonerou ontem a pesquisadora responsável pelos principais sistemas de monitoramento do desmatamento na Amazônia no Inpe, Lúbia Vinhas.

Esta não é a primeira vez que o governo exonera um quadro técnico do Inpe em meio ao aumento nas taxas de desmatamento.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro exonerou o então diretor-geral do instituto Eduardo Galvão, em meio à polêmica criada em torno da divulgação dos dados sobre desmatamento da Amazônia.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 14/07/2020

LOURÃO DEFENDE DEBATE 'SEM PRECONCEITOS' DE IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Vice-presidente disse que tema parece ser o "grande Satã" da reforma tributária. Admitiu que Bolsonaro, mas afirmou que parlamentares e empresas são a favor

Por Daniel Gullino



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24530263-cb1-eec/FT1086A/652/x88760970_Handout-photo-released-by-the-Brazilian-Vice-Presidency-showing-Brazilian-Vice-President-1.jpg.pagespeed.ic.8ievfRgElp.jpg

O vice-presidente Hamilton Mourão, durante entrevista coletiva Foto: Romero Cunha/Vice-Presidência/09-07-2020

BRASÍLIA — O vice-presidente, Hamilton Mourão, defendeu nesta segunda-feira a discussão de um imposto sobre transações financeiras, mesmo admitindo que o próprio presidente Jair Bolsonaro é contrário à ideia.

Mourão disse que o assunto, que voltou a ser cogitado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, precisa ser debatido "sem preconceitos" e que o Congresso é o local ideal para isso.

— Eu acho que tem que ser discutido. O presidente é contra, tá bom, ele não quer jogar esse assunto na mesa por causa da memória da antiga CPMF. Mas a gente sabe que o nosso sistema tributário é um sistema complicado — disse Mourão, em uma videoconferência promovida pela Genial Investimentos.

'Grande Satã'

Mourão disse que esse tema parece ser o "grande Satã" da reforma tributária, mas ressaltou que muitos parlamentares e empresas são favoráveis à proposta:

— Parece ser o grande Satã da reforma tributária, ninguém que ouvir falar disso daí. Eu, na minha visão, inclusive tem vários deputados e senadores que defendem essa questão do imposto único, que também é defendido por uma série de empresas aqui no Brasil. Esse assunto tem que ser discutido sem preconceitos, e o local da discussão é o Congresso.

Em relação à reforma administrativa, que teve seu envio ao Congresso adiado desde o ano passado por Bolsonaro, o vice-presidente afirmou que o texto está pronto, mas que só será enviado quando o Legislativo retomar as sessões presenciais.

— Na questão administrativa, ela está pronta. Ela não foi, na minha visão, porque o Congresso está se reunindo de forma virtual e ela é uma reforma que precisa de uma discussão bem encorpada. Acho que ela só deve ser reapresentada na hora que o Legislativo voltar a trabalhar de forma presencial.

Fonte : *Jornal O Globo - RJ*

Data : 14/07/2020

MOURÃO PROJETA REDUÇÃO DE QUEIMADAS EM 2020 E AVALIA QUE ISSO TRARÁ DE VOLTA INVESTIDORES

Vice-presidente, contudo, afirmou que desmatamento não será reduzido neste ano

Por Daniel Gullino

BRASÍLIA — O vice-presidente, Hamilton Mourão, afirmou nesta segunda-feira que as queimadas na Amazônia terão uma redução no segundo semestre e avaliou que isso poderá trazer de volta investimentos ao Brasil. Mourão, que também é presidente do Conselho da Amazônia, reuniu-se na semana passada com investidores internacionais e com empresários brasileiros, que pressionam por uma queda no desmatamento.

— A partir do momento em que nós apresentarmos resultados positivos, como por exemplo, no segundo semestre desse ano ou já agora, com a questão da queimada tendo reduzido, e uma redução extremamente significativa no segundo semestre, eu tenho a visão de que todo mundo vai voltar a investir bem aqui no Brasil — disse Mourão, em videoconferência promovida por um banco.

De acordo com Mourão, o desmatamento esse ano seguirá aumentando, porque as ações de combate deveriam ter começado ainda no final de 2019, mas só foram iniciadas em maio, com uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O desmatamento na Amazônia em junho foi recorde.

— Em termos de desmatamento, não será melhor que no ano passado. Isso aí eu posso te dizer tranquilamente, porque nós devíamos ter começado o combate ao desmatamento em dezembro do ano passado ou no mais tardar em janeiro desse ano. Fomos começar agora em maio. O Conselho foi criado só em fevereiro, até que a gente conseguisse se organizar. E também vamos lembrar que nós estamos com todos os recursos do governo carreados para o enfrentamento da pandemia. — disse.

O vice-presidente, por outro lado, afirmou que dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já mostram uma redução das queimadas, o que se intensificaria no segundo semestre:

— Agora, em termos de queimadas, sim. Dados de hoje do Inpe colocam que nós tivemos uma redução de 20% em relação ao primeiro semestre do ano passado, então isso é uma redução significativa, e estamos atingindo um dos menores níveis de queimadas ao longo dos últimos anos. Então para o segundo semestre, que é o momento pior da queimada, nós temos certeza que vamos atingir resultados melhores.

Mourão também disse que a maioria dos investidores "desconhece" a Amazônia e relatou ter apresentado a eles detalhes sobre a floresta:

— O que eu notei deles é que a maioria desconhece o que que é a Amazônia, é mais uma questão de momento. Até expliquei para eles, projetei um mapa da Amazônia. É importante que entendam as dimensões, os tamanhos, as distâncias envolvidas. Porque o pessoal mora na Europa, é diferente.

Mourão também pediu um voto de confiança e disse que o governo federal tem um "compromisso sério" com a preservação do meio ambiente:

— Confiem no trabalho do nosso governo, no compromisso que nós temos com essa questão. Vamos mostrar serviço, vamos reduzir esses índices de desmatamento ilegal, das queimadas — disse, acrescentando depois: — O Brasil tem compromisso sério com a preservação do meio ambiente, é um ator responsável.

Segundo ele, não adianta apenas reprimir o desmatamento ilegal, mas sim também atuar em outras frentes, como a regularização fundiária e o pagamento por serviços ambientais:

— Não adianta agir só na repressão pura e simples. Nós temos que avançar nos outros temas que são fundamentais para o desenvolvimento e a exploração correta da terra, que são a regularização fundiária, o pagamento por serviços ambientais e os investimento na bioeconomia.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 14/07/2020

BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 258 MILHÕES PARA AMPLIAR SANEAMENTO NO PARANÁ

Recursos serão usados para ampliar serviços de esgoto e de abastecimento de água em 14 cidades

O Globo

RIO - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta segunda-feira a aprovação do financiamento de R\$ 258 milhões para ampliação de saneamento básico em 14 municípios do Paraná.

Segundo o banco, 62 mil pessoas serão beneficiadas. A expectativa é que mais de seis mil empregos indiretos sejam gerados durante a fase de obras. Outros 125 postos de trabalho também devem ser criados após a conclusão dos empreendimentos.

Estima-se que, no total, as intervenções financiadas pelo BNDES resultem em 13.195 novas ligações de esgoto, na implementação de 450 quilômetros de rede interceptora e coletora de esgoto e de 58,4 quilômetros de rede adutora de água.

O financiamento foi concedido no âmbito do programa Avançar Cidades, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Em junho, foi aprovado o novo marco legal do saneamento básico no país. A medida visa abrir mais espaço à atuação de agentes privados e atrair investimentos no setor

A estimativa do governo e de especialistas do setor privado é que serão necessários cerca de R\$ 700 bilhões para que essa situação seja corrigida até 2033, reduzindo as deficiências de infraestrutura que deixa 104 milhões de brasileiros sem serviço de esgoto.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 14/07/2020

À VENDA PELA PETROBRAS, GASPETRO ATRAI EMPRESAS DO SETOR. VEJA QUEM ESTÁ NA DISPUTA

Estatual iniciou fase vinculante na última sexta-feira. Propostas devem ser entregues até fim de agosto, diz fonte

Por Bruno Rosa e Ramona Ordoñez



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23250761-88e-9b9/FT1086A/652/x70542971_A-worker-makes-a-routine-control-check-of-the-Bolivian-Brazilian-gas-pipeline-at-a-compress.jpg.pagespeed.ic.hWVybUa0P6.jpg

Petrobras vende ativos de gás no Brasil, como a Gaspetro, que tem participações em 19 distribuidoras de gás Foto: Diego Giudice / Bloomberg News

RIO - A venda da fatia de 51% da Petrobras na Gaspetro vem atraindo o interesse de uma série de companhias para atuar no setor de gás. Na última sexta-feira, a estatal informou que o processo de venda da subsidiária, que é uma holding com participações em 19 companhias de distribuição de gás, entrou na chamada fase vinculante.

Com a pandemia do coronavírus, a estatal vem apostando na intensificação da venda de ativos em vários setores para reduzir seu endividamento e focar na produção de petróleo.

De acordo com fontes do setor, estão analisando a Gaspetro empresas que já atuam no setor de distribuição e comercialização de energia como Cosan, Naturgy (controladora da Ceg e Ceg Rio) e Ultra (controladora dos postos Ipiranga).

Também está na disputa a Mitsui - conglomerado japonês que já tem 49% da Gaspetro. Pelo acordo de acionistas da Petrobras, a Mitsui tem preferência na compra da outra metade da Gaspetro e, por isso, destacou uma fonte, não precisa participar dessa fase.

O prazo para a entrega das propostas vinculantes para o processo de compra da Gaspetro termina no dia 31 de agosto.

O interesse dos acionistas dessas empresas é o acesso à rede de varejo e clientes industriais, pois são "grupos que atuam em energia, em distribuição e comercialização de energia".

Em 2019, o volume total de gás distribuído pela Gaspetro foi de 29 milhões de metros cúbicos por dia, atendendo a cerca de 500 mil clientes por meio de uma rede de distribuição de mais de 10 mil quilômetros de gasodutos.

Uma das demandas dos novos investidores é a possibilidade de comprar apenas parte da rede da Gaspetro, de forma regional, como foi feito no processo de venda de refinarias da Petrobras. Mas, segundo uma fonte, essa possibilidade ainda está "em aberta".

Segundo a Petrobras, "os potenciais compradores classificados para essa fase receberão carta-convite com instruções detalhadas sobre o processo de desinvestimento, incluindo orientações para a realização de due diligence e para o envio das propostas vinculantes".

No início deste ano, a Petrobras, segundo fontes, chegou a avaliar a venda das ações da Gaspetro na Bolsa de Valores.

Segundo uma fonte, havia uma expectativa de que os chineses da Beijing Gas também pudessem participar do negócio, mas a avaliação é que "os chineses estão em um momento mais retraído em relação ao Brasil".

Há duas semanas o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, lembrou que a Mitsui tem o direito de preferência e o pode exercer ou não. Mas, segundo o executivo, até aquele momento a japonesa não tinha se manifestado a respeito. Ele disse que esperar concluir o processo de venda da participação da estatal na Gaspetro até o fim do ano.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 14/07/2020

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIZ QUE ALTA NO DESMATAMENTO É 'CONJUNTURAL' E BRASIL É 'PORTO SEGURO' PARA INVESTIDORES

Documento da Secretaria de Política Econômica (SPE) é divulgado após Guedes afirmar que país preserva meio ambiente

Por Marcello Corrêa

BRASÍLIA - O Ministério da Economia divulgou nesta terça-feira nota técnica em que afirma que o recorde de desmatamento em junho pode ter sido uma "variação conjuntural" e não deve ser considerada por investidores para julgar a política ambiental brasileira.

A nota técnica, elaborada pela Secretaria de Política Econômica (SPE), é publicada após críticas de investidores internacionais aos níveis de desmatamento e queimadas na Amazônia.

Nesta segunda, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia saído em defesa da política ambiental do governo ao afirmar que o Brasil "alimenta o mundo, preservando o meio ambiente". Guedes admitiu, no entanto, a possibilidade de corrigir erros neste segmento.

A divulgação da nota e a fala de Guedes fazem parte de um esforço da equipe econômica para mitigar uma possível fuga de recursos causada pela má avaliação de gestores de fundos estrangeiros e nacionais sobre a política ambiental brasileira, fator decisivo nas movimentações dos investidores.

A pressão dentro do país também está em alta. Nesta terça, ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central (BC) se uniram para assinar uma carta defendendo uma retomada econômica atenta ao meio ambiente e cobraram o desmatamento zero na Amazônia e no Cerrado.

O documento da SPE, de nove páginas cita, entre os dados, informações da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito da preservação de territórios. Um dos gráficos aponta que o Brasil responde por 12% da área preservada no mundo.

A nota também cita o recorde divulgado na segunda-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo o sistema Deter, o nível de desmatamento chegou a 1.034,4 km² devastados. O índice é 10,6% maior do que o registrado no mesmo período, em 2019.

Na avaliação da SPE, os dados são conjunturais.

"Embora a extensão das áreas sob aviso de desmatamento na Amazônia tenha crescido em junho, tais números ainda precisam ser confirmados e eles não são corroborados, até agora pelo menos, pelos focos de queimadas na região. Além disso, não se deve confundir movimentos conjunturais de curto prazo com políticas de governo de efeitos mais duradouros", diz trecho da nota.

Embora afirme que não pretende relacionar a preservação ambiental com o fluxo de investimentos, a pasta também cita dados sobre investimentos estrangeiros em 2019.

Segundo a nota, a entrada de recursos registrou alta de 29%.

O documento se dirige especificamente a investidores, que têm pressionado o governo por ações para melhorar a preservação ambiental.

"Convidamos a todos, em especial aos investidores internacionais, a fazerem essa diferenciação entre eventos conjunturais e políticas de governo robustas voltadas para o meio-ambiente que resultam nos elevados níveis de preservação da vegetação nativa brasileira. Críticas e sugestões sempre são bem-vindas, o debate econômico honesto engrandece a todos. Fundamental que esse debate seja feito com base em dados", afirma a nota.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 14/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRASIL ESTÁ ENTRE OS QUE MAIS PRESERVAM MEIO AMBIENTE, DIZ SPE EM NOTA

Com a política ambiental do governo de Jair Bolsonaro sendo alvo de críticas de investidores internacionais e de brasileiros, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou nota tentando mostrar que o ingresso de recursos estrangeiros no País não está em risco.

"Recentemente, algumas críticas sem base nos dados têm ganhado espaço nos noticiários e veículos de imprensa. Uma versão particularmente danosa dessas críticas associa a intensificação das queimadas e do desmatamento com possível redução do fluxo de investimentos externos direcionados ao Brasil", diz o documento elaborado órgão, comandado por Adolfo Sachsida.

A nota da SPE faz duas alegações principais: o Brasil estaria entre os países que mais preservam o meio ambiente no mundo ao mesmo tempo em que tem sido um "porto seguro e um destino importante" para o fluxo de investimentos diretos estrangeiros.

A secretaria argumenta que a entrada de Investimentos Diretos no País (IDP) cresceu 26% no ano passado, chegando a US\$ 75 bilhões. O valor é equivalente a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e, segundo a SPE, é proporcionalmente superior ao montante de investimentos recebidos pela "vasta maioria dos países".

O documento traz ainda gráficos com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostram que o Brasil é responsável por 12% da área de vegetação original preservada no mundo (sem considerar, obviamente, a Antártica) ficando apenas atrás da Rússia. O órgão também diz que a área intocada no Brasil é superior à soma das áreas preservadas nos Estados Unidos e Austrália.

"Quase 60% do território brasileiro encontra-se preservado contra aproximadamente 35% de Canadá e Estados Unidos. A área preservada no Brasil é quase três vezes superior à média mundial", acrescenta a nota técnica.

A SPE usa ainda dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que apontam a redução nos focos de queimadas em todo o território brasileiro entre 1º de janeiro e 12 de julho de 2020, ante o mesmo período de 2019. Nessa mesma comparação, houve aumento de focos queimadas na Argentina, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A SPE omite, no entanto, que os dados do próprio INPE mostram que o desmatamento apenas na Amazônia brasileira em junho foi o maior dos últimos cinco anos. Alertas feitos pelo sistema Deter indicam a perda de 1.034,4 km² no mês de junho, alta de 10,65% em relação a junho do ano passado, quando os alertas apontaram desmate de 934,81 km². Em apenas um mês, foram derrubados na Amazônia o equivalente à área da cidade de Belém (Pará). Nesta segunda, 13, a pesquisadora responsável pelo grupo que monitora oficialmente a devastação florestal, Lúbia Vinhas, foi exonerada.

Nesta terça, 14, 17 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central cobraram do governo brasileiro ações para que o desmatamento tanto da Amazônia quanto no cerrado caia para zero. Carta divulgada hoje, pelo grupo propõe diretrizes para o alcance da chamada economia de baixo carbono, como o investimento em novas tecnologias e o aumento da cooperação internacional

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/07/2020

PETROBRÁS CONCLUI TESTES EM ESCALA INDUSTRIAL PARA PRODUÇÃO DE 'DIESEL VERDE'

Combustível já é utilizado na Europa e nos Estados Unidos e tem rendimento melhor que o do biodiesel usado atualmente no Brasil

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - Com alguns anos de atraso, o 'diesel verde' chega ao Brasil com os primeiros testes em escala industrial já realizados pela Petrobrás, na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. Os testes foram realizados no último sábado.

O combustível já é largamente utilizado em países europeus e nos Estados Unidos, e tem rendimento nos motores melhor do que o biodiesel à base de éster que vem alimentando a mistura ao diesel desde 2004 no Brasil.

O diesel verde, também conhecido como Hydrotreated Vegetable Oil (HVO), ou ainda diesel parafínico renovável foi patenteado numa primeira versão como H-Bio pela Petrobrás em 2006. De lá para cá, o produto evoluiu e segundo os testes feitos pela empresa resultaram em "um produto final de alta qualidade e atendendo a todas as especificações necessárias".

Foram processados 2 milhões de litros de óleo de soja, que resultaram na produção de cerca de 40 milhões de litros de óleo diesel com conteúdo renovável.

Os testes da Petrobrás serão utilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para ajudar a formular a regulamentação necessária para que o produto entre em produção comercial. Os estudos da agência sobre o tema começaram no ano passado.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) Adriano Pires, o desempenho do diesel verde nos motores é superior ao do biodiesel e tem a vantagem de ser produzido dentro da refinaria, no processo de produção de diesel, e pode obter um preço menor do que o biodiesel - criticado por custar mais que o diesel -, e ainda reduzir mais emissões de gases efeito estufa (GEE). A desvantagem é que o diesel verde mantém como base um combustível fóssil, cada vez menos bem visto por investidores no mundo todo.

"Pode ser um substituto do biodiesel, ser uma melhor mistura. O Brasil tem riqueza agrícola incrível. Se o diesel verde for mais barato e menos poluente, não tem porque ir contra", avalia Pires. "O biodiesel não melhora o rendimento do motor e é mais caro que o diesel."

O novo combustível resulta da mistura do processamento de óleo vegetal ou gordura animal ao diesel fóssil dentro das unidades de processamento das refinarias. Depois de anos aguardando uma melhor oportunidade de mercado, o assunto voltou à tona durante evento online com a diretora de Refino e Gás Natural da Petrobrás, Anelise Lara, que ao anunciar nesta terça-feira, 14, o sucesso dos testes do biocombustível na Repar destacou o ganho para o meio ambiente, "uma das soluções para a necessidade de descarbonização do transporte rodoviário."

A Repar está na lista de refinarias a serem privatizadas. De acordo com declarações recentes da companhia, é a segunda que deverá receber propostas vinculantes, depois da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) estar praticamente vendida. A possibilidade de produção de diesel verde vira um atrativo mais na venda, já que o combustível é bastante consumido no exterior.

Biocombustível é misturado ao diesel comercializado nos postos. Segundo a Petrobrás, o objetivo do novo produto é atender, em conjunto com o biodiesel já existente, a parcela de biocombustível que deve ser misturada ao diesel comercializado nos postos. Atualmente, o biodiesel é misturado ao diesel mineral em uma proporção de, no mínimo, 12% pelas distribuidoras de combustível, e chegará a 15% até 2023. Recentemente, a estatal colocou à venda três usinas de biodiesel da PBio, entre outros ativos da subsidiária.

Em Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o setor de transporte é apontado como maior emissor global de GEE, sendo o diesel verde, ou HVO, como uma das soluções que podem ajudar a combater o aumento das emissões poluentes. O documento mostra que o HVO já é o terceiro maior biocombustível em volume de produção no mundo e cresce mais do que os biocombustíveis a base de éster (biodiesel).

"O biodiesel base hidrocarbonetos parafínicos apresenta-se como importante alternativa para o atendimento a critérios estabelecidos para a motorização atual e futura prevista pelo Proconve para veículos pesados. Além disso, já está sendo considerado no Renovabio", avalia a nota, citando os dois programas do governo.

Assim como Pires, a EPE também destaca a boa performance do diesel renovável nos motores, melhorando inclusive ao desempenho, e diz que redução de emissões em relação ao diesel fóssil podem variar entre 50% e 90%. Em relação ao biodiesel a vantagem é de cerca de 15%, segundo a Petrobras. A logística também seria facilitada pelo aproveitamentos dos dutos já existentes, analisa a EPE, além do fato do diesel verde ser considerado quimicamente estável por já ser produzido misturado ao diesel.

A empresa de planejamento indica que sejam feitos estudos sobre o potencial da demanda e mercados concorrentes e observa, sobre as especificações que serão regulamentadas pela ANP, que "exigências superiores quanto à especificação têm o potencial de incrementar o preço do produto final", alerta.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/07/2020

GUEDES VAI PEDIR CRÉDITO EXTRA PARA OPERAÇÃO NA AMAZÔNIA, DIZ MOURÃO

Em audiência no Senado, vice-presidente reafirmou compromissos do governo para reduzir o desmatamento

Por Daniel Weterman e Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, reafirmou compromissos do governo para reduzir o desmatamento da Amazônia após a pressão de investidores estrangeiros sobre o Brasil para combater a destruição da floresta.

Em audiência no Senado, Mourão disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, vai enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei solicitando a abertura de um crédito extraordinário no Orçamento para destinar recursos à operação militar na região.

Conforme o Estadão revelou, a operação anunciada no início de maio pelo governo de Jair Bolsonaro para combater o desmatamento na Amazônia executou apenas 0,7% de seu orçamento previsto, um engessamento que tem impactado diretamente a operação e que já paralisa ações planejadas em campo.

Além disso, o vice-presidente afirmou que o governo trabalha para destravar os recursos do Fundo Amazônia, cujo repasse está suspenso desde o ano passado. Mourão admitiu que só com a redução do desmatamento será possível reativar as transferências. "Estamos mantendo essa ofensiva em todos os setores para levarmos a nossa palavra e o nosso compromisso", disse Mourão, ao falar que está conversando com investidores.

O compromisso de Mourão, que coordena o Conselho Nacional da Amazônia Legal, é reduzir o desmatamento da Amazônia com metas até o final de 2022. Ele não apresentou, porém, qual seria essa meta. O assunto será discutido em reunião do conselho nesta quarta-feira, 15. "Não vamos parar até final de 2022."

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/07/2020

ECONOMIA DIZ QUE BRASIL PRESERVA MEIO AMBIENTE E CONTINUA A SER 'PORTO SEGURO' PARA INVESTIMENTOS

Nota da Secretaria de Política Econômica alega que o Brasil está entre os países que mais preservam o meio ambiente no mundo

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA – Com a política ambiental do governo de Jair Bolsonaro sob ataque político e alvo de críticas de investidores internacionais, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou nota técnica tentando mostrar que o ingresso de recursos estrangeiros no País não está em risco.

"Recentemente, algumas críticas sem base nos dados têm ganhado espaço nos noticiários e veículos de imprensa. Uma versão particularmente danosa dessas críticas associa a intensificação das queimadas e do desmatamento com possível redução do fluxo de investimentos externos direcionados ao Brasil", argumenta o documento elaborado órgão, comandado por Adolfo Sachsida.

A nota da SPE faz duas alegações principais: o Brasil estaria entre os países que mais preservam o meio ambiente no mundo ao mesmo tempo em que tem sido um "porto seguro e um destino importante" para o fluxo de investimentos diretos estrangeiros.

A secretaria argumenta que a entrada de Investimentos Diretos no País (IDP) cresceu 26% no ano passado, chegando a US\$ 75 bilhões. O valor é equivalente a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e, segundo a SPE, é proporcionalmente superior ao montante de investimentos recebidos pela "vasta maioria dos países".

O documento traz ainda gráficos com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostram que o Brasil é responsável por 12% da área de vegetação original preservada no mundo

(sem considerar, obviamente, a Antártica) ficando apenas atrás da Rússia. O órgão destaca ainda que a área intocada no Brasil é superior à soma das áreas preservadas nos Estados Unidos e Austrália.

“Quase 60% do território brasileiro encontra-se preservado contra aproximadamente 35% de Canadá e Estados Unidos. A área preservada no Brasil é quase três vezes superior à média mundial”, acrescenta a nota técnica.

A SPE usa ainda dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que apontam a redução nos focos de queimadas em todo o território brasileiro entre 1º de janeiro e 12 de julho de 2020, ante o mesmo período de 2019. Nessa mesma comparação, houve aumento de focos queimadas na Argentina, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A SPE omite, no entanto, que os dados do próprio INPE mostram que o desmatamento apenas na Amazônia brasileira em junho foi o maior dos últimos cinco anos. Alertas feitos pelo sistema Deter indicam a perda de 1.034,4 km² no mês de junho, alta de 10,65% em relação a junho do ano passado, quando os alertas apontaram desmate de 934,81 km². Em apenas um mês, foram derrubados na Amazônia o equivalente à área da cidade de Belém (Pará). Na segunda, a pesquisadora responsável pelo grupo que monitora oficialmente a devastação florestal, Lúbia Vinhas, foi exonerada.

Nesta terça, 17 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central cobraram do governo brasileiro ações para que o desmatamento tanto da Amazônia quanto no cerrado caia para zero. Carta divulgada hoje pelo grupo propõe diretrizes para o alcance da chamada economia de baixo carbono, como o investimento em novas tecnologias e o aumento da cooperação internacional.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/07/2020

GOVERNO SOFRE PRESSÃO PARA MUDAR MARCO DE SANEAMENTO APROVADO PELO CONGRESSO

Texto foi votado em junho e tem até amanhã para ser sancionado pelo presidente Bolsonaro; trecho sobre privatização e repasse de recursos incomodam

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A um dia do prazo final para sancionar o novo marco legal do saneamento, o governo ainda discute os possíveis vetos ao texto e sofre pressão por mudanças para além do que foi acordado com o Senado. O debate se concentra principalmente nos trechos relativos à privatização de estatais e ao repasse de recursos da União para o saneamento. Aprovada pelo Congresso no fim de junho, a lei tem até amanhã para ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Quando o novo marco foi analisado pelo Senado, o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que, fruto de uma negociação com o Executivo, Bolsonaro iria vetar três dispositivos do texto. O acordo foi feito para que não houvesse mudanças na proposta que fizessem o texto voltar para a Câmara.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/6/1594695426060.jpg>

Senado

Quando marco de saneamento foi aprovado no Senado, vetos foram definidos. Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Considerado o setor mais atrasado da infraestrutura, o saneamento precisa de algo em torno de R\$ 500 bilhões para universalizar os serviços de água e esgoto, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base

(Abdib). Em 15 anos, seria necessário investir R\$ 33 bilhões por ano no setor.

Um dos vetos negociados causou reação no mercado. O trecho que pode ser excluído define que a venda do controle de empresas estatais em privatizações não precisa de anuência prévia do titular dos serviços que têm negócios com a companhia quando o contrato não for alterado.

Se a previsão for retirada do novo marco, todas as situações precisarão ser analisadas pelos titulares em até 180 dias. Esse prazo foi colocado no texto para os casos em que há mudanças no mérito do contrato. Enquanto integrantes do governo entendem que o efeito desse veto é residual, a avaliação de agentes do mercado é de que a necessidade geral de anuência tornará processos de privatização mais demorados.

No entanto, além de ter desagradado o relator do novo marco legal no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), o trecho gera temor por eventuais questionamentos jurídicos.

Repasses

O acordo com o Senado inclui ainda dois outros vetos de Bolsonaro ao texto. Um, na prática, irá obrigar que os serviços de resíduos sólidos e drenagem também sejam licitados, assim como já previsto nos casos de água e esgoto.

O outro veto negociado é do dispositivo que garante reembolso a loteadores sobre as despesas com infraestruturas que não se destinem exclusivamente a atender o próprio empreendimento.

Fora da negociação com o Senado, outro trecho que gerou pressão sobre o governo é o que define as condições para os entes subnacionais receberem recursos da União a serem aplicados no saneamento. O novo marco atualiza uma série de critérios que devem ser seguidos para a alocação desse dinheiro, e um deles condiciona o recebimento à estruturação de prestação regionalizada no saneamento e à adesão pelos titulares dos serviços a esses blocos.

O agrupamento de cidades para a prestação dos serviços de saneamento é uma das principais novidades do marco. O esquema foi pensado para não deixar de fora da universalização os municípios considerados financeiramente inviáveis para a exploração dos serviços de forma privada. Condicionar o repasse de recursos à adesão dos municípios aos blocos seria uma forma de garantir que, na prática, a inovação seja amplamente aplicada.

Integrantes do Executivo defendem a manutenção do texto. A avaliação é de que desistir da regra tornará o novo marco deficiente, além de ser uma espécie de cessão ao corporativismo.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/07/2020



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

IMPORTAÇÕES CHINESAS DE SOJA MANTÊM RITMO ACELERADO

Volume somou 11,2 milhões de toneladas em junho, 71% mais que no mesmo mês de 2019

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo 14/07/2020 11h20 Atualizado

As importações chinesas de soja alcançaram o recorde mensal de 11,16 milhões de toneladas em junho, segundo informações da agência Reuters baseadas em dados do serviço aduaneiro do país. Em relação a maio, houve crescimento de 19%, e na comparação com junho de 2019 o volume foi 71% maior.

Boa parte das compras voltou a ser originada no Brasil. A China intensificou as importações do grão brasileiro a partir de março, depois de uma melhora do clima e em linha com a normalização das operações em seus portos.

“A soja brasileira estava barata e as margens de processamento em junho ficaram realmente boas. Assim, processadores [chineses] agendaram um monte de cargas”, disse Xie Hullian, analista da consultoria agrícola Cofeed, à Reuters.

“Processadores assinaram muitos contratos com consumidores finais e realizaram pré-vendas de um volume grande de farelo, para travar os lucros”, acrescentou. Indústrias de soja da China, que no início do ano tiveram que parar operações devido à redução da oferta do grão, agora já sofrem com excesso de estoques.

Ainda assim, as importações neste mês deverão continuar acima dos níveis normais e superar 9 milhões de toneladas, segundo fontes de mercado. “As importações em julho devem atingir 10 milhões de toneladas, com a maior parte dos carregamentos vindo do Brasil”, afirmou a analista Monica Tu, da Shanghai JC Intelligence, à Reuters.

De acordo com a consultoria Agricensus, os chineses acertaram a compra de 16 carregamentos de soja na semana passada, oito ou nove dos EUA e o restante do Brasil, já referentes a contratos para entrega na safra 2020/21. Brasil e EUA lideram as exportações mundiais de soja, enquanto a China é o principal país importador.

Segundo a consultoria, foi o maior volume semanal importado por esgamadores chineses desde meados de junho do ano passado. As compras foram realizadas por estatais como Cofco e Sinograin e também por tradings globais como Wilmar e o grupo “ABCD” — ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020

CLIENTES CANADENSES NÃO QUEREM AÇÚCAR DE CANA TRANSGÊNICA

Algumas refinarias já exigem comprovação de que o produto não vem de planta geneticamente modificada mesmo antes de sua chegada ao mercado

Por Camila Souza Ramos — De São Paulo 14/07/2020 05h00 Atualizado

Algumas refinarias de açúcar do Canadá já começam a exigir do Brasil garantias de que o açúcar bruto que compram no país não seja produzido a partir de cana-de-açúcar transgênica, afirmou ao Valor um executivo de uma importante trading que atua no segmento.

A preocupação surgiu este ano e “caminha para aparecer explicitamente nos contratos, com cláusulas bastante claras e específicas”, disse. Segundo a fonte, os canadenses estão “tentando entender” a origem do açúcar vendido em seu mercado e “preferem” que não seja de cana geneticamente modificada.

As usinas que estão fechando esses contratos estão aceitando as exigências porque ainda não produzem açúcar de cana transgênica. Porém, quando essa oferta chegar ao mercado, poderá haver um custo adicional para sua segregação.

É comum que compradores de commodities agrícolas que preferem não trabalhar com produtos transgênicos incluam a restrição nos contratos, mas essa prática ainda é mais comum nos grãos.

O questionamento de clientes canadenses ocorre apesar de a agência responsável por avaliar a segurança nutricional de alimentos naquele país, a Health Canada, ter sido uma das primeiras no mundo a aprovar o uso do açúcar produzido a partir de cana transgênica, já em 2018.

O mercado canadense é pouco representativo para as exportações brasileiras de açúcar. Desde o início do ano, oito navios saíram dos portos brasileiros com cargas destinadas ao Canadá, e há mais duas embarcações esperando carregamento, conforme dados da agência marítima Williams Brazil.

No primeiro semestre, o Brasil exportou 287 mil toneladas aos canadenses, ou apenas 2,5% do volume total embarcado. De qualquer forma, exigências do gênero podem ser copiadas por outros mercados mais importantes, o que as usinas gostariam que seja evitado.

Segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), até o momento nenhuma usina sucroalcooleira brasileira começou a produzir açúcar a partir da moagem de cana transgênica. Embora já existam 12 mil hectares ocupados em mais de 100 usinas com as variedades modificadas geneticamente pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), as plantas ainda estão sendo semeadas para serem replicadas e, posteriormente, cultivadas para a produção.

O presidente da Unica, Evandro Gussi, disse não ter conhecimento de vetos ao açúcar de cana transgênica e que, em conversas com os principais compradores da commodity brasileira, a recepção é positiva. “Açúcar é uma substância pura, não tem traços genéticos. Então não tem traços de transgenia”.

Para Gussi, não é preciso um rótulo nas embalagens de açúcar ou de produtos com o açúcar feito da cana transgênica, já que não há distinção entre a molécula do açúcar feito da cana convencional. A posição é compartilhada pelo governo, embora em outras cadeias produtivas, como a soja, a rotulagem seja obrigatória mesmo sem alteração molecular.

Em janeiro, as indústrias sucroalcooleiras padronizaram um documento que poderá ser enviado a compradores caso surjam questionamentos, citando um parecer de 28 de março de 2018 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que atesta que o açúcar “não é um organismo geneticamente modificado e nem um derivado deste”.

“As usinas sabem que este mercado é competitivo e que sempre querem colocar barreiras, então estão se precavendo”, afirmou Cid Caldas, coordenador de agroenergia do Ministério da Agricultura.

No mercado internacional, porém, já existe demanda específica por açúcar feito de matérias-primas não transgênicas por causa do histórico com as beterrabas, fonte para a produção de açúcar sobretudo na América do Norte e na Europa. Nas lavouras americanas, praticamente toda beterraba cultivada pela indústria açucareira possui modificação genética para garantir tolerância ao herbicida glifosato.

A expansão da beterraba transgênica nos Estados Unidos acabou levando algumas indústrias de alimentos a buscarem açúcar feito de matérias-primas sem modificação genética, o que criou um nicho de mercado.

A trading americana CSC Sugar foi uma das que se especializaram nesse nicho. Para suprir essa demanda, passou inclusive a trabalhar apenas com açúcar feito de cana - já que, até então, a gramínea não havia sido geneticamente modificada - e ainda não incluiu o futuro produto brasileiro na lista de preocupações.

“Se o Brasil começar a fazer cana transgênica, a história vai mudar. Se não for criado um certificado para garantir essa demanda, é menos provável comprarmos açúcar do Brasil, porque é muito difícil separar os açúcares”, disse Diane Stevenson, diretora de marketing e sustentabilidade da CSC Sugar. Ela estima que, nos EUA, a demanda por açúcar de matéria-prima não transgênica é de ao menos 200 mil toneladas ao ano.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020

PETROBRAS CONCLUI TESTES EM ESCALA INDUSTRIAL PARA PRODUÇÃO DE DIESEL RENOVÁVEL

Produto reduz emissões de gases de efeito estufa e melhora desempenho do motor em relação à versão mineral e ao biodiesel, diz petroleira

Por Rodrigo Polito, Valor — Rio 14/07/2020 10h02 Atualizado

A Petrobras concluiu na última semana testes em escala industrial para a produção de diesel renovável, informou petroleira nesta terça-feira. Os testes foram realizados na refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, onde foram processados 2 milhões de litros de óleo de soja, que resultaram na produção de cerca de 40 milhões de litros de óleo diesel com conteúdo renovável.

Segundo a Petrobras, os testes foram concluídos com sucesso. A empresa acrescentou que o novo combustível traz benefícios ambientais, na medida em que reduz as emissões de gases do efeito estufa e melhora o desempenho dos motores em comparação ao biodiesel.

A estatal destacou que, de acordo com estudos da Associação dos Produtores de Biodiesel (Aprobio), o diesel renovável reduz cerca de 70% das emissões de gases de efeito estufa em comparação ao diesel mineral (derivado do petróleo) e 15% em relação ao biodiesel, para o mesmo óleo vegetal de origem.



[https://s2.glbimg.com/lxxZGUQnAejBpQ0ald3DWRsaW0s=/0x0:3543x2353/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/n/Q/CLB42PRAqAnbv24iOeBw/1937.jpg](https://s2.glbimg.com/lxxZGUQnAejBpQ0ald3DWRsaW0s=/0x0:3543x2353/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/n/Q/CLB42PRAqAnbv24iOeBw/1937.jpg)

— Foto: Divulgação/Petrobras

Em comparação com o biodiesel, a utilização do diesel renovável também melhora o desempenho dos motores, evitando problemas como entupimentos de filtros, bombas e bicos injetores. Segundo a Petrobras, o diesel renovável produzido pela companhia não contém glicerina nem contaminantes metálicos, e suas moléculas são iguais às do diesel mineral, podendo ser misturado ao óleo diesel sem restrições.

O diesel renovável depende de regulamentação pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para ser comercializado no Brasil. Os resultados obtidos pela Petrobras serão informados à ANP para contribuir para a regulação do produto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020

PETROBRAS PODE REDUZIR CUSTO DE PERFURAÇÃO NO PÓS-SAL EM ATÉ US\$ 35 MI

Empresa diz que nova técnica poderá ser usada em campos maduros onde características geológicas e de reservatório favoreçam aplicação

Por Rodrigo Polito, Valor — Rio 14/07/2020 09h41 Atualizado

A Petrobras informou nesta terça-feira que pode adotar um novo conceito de simplificação de construção de poço petrolífero em campos maduros do pós-sal. Segundo a empresa, a aplicação do conceito “Totus”, como é chamado, tem potencial de redução de custo entre US\$ 20 milhões e US\$ 35 milhões por poço, no período de 2021 e 2025.



[https://s2.glbimg.com/GEMe2UDgwDnRIH2dTt262GNWrUk=/0x0:900x600/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/B/S/H9Bnh3Shgh47vJa7FJ9A/012mar25.jpg](https://s2.glbimg.com/GEMe2UDgwDnRIH2dTt262GNWrUk=/0x0:900x600/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/B/S/H9Bnh3Shgh47vJa7FJ9A/012mar25.jpg)

— Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

De acordo com a companhia, o “Totus” consiste na

perfuração realizada em apenas três gases (“ultra slender”) e a completação (superior e inferior) instalada em uma manobra única (“true one trip”), diferente das configurações tradicionais (quatro ou cinco fases de perfuração e duas ou mais manobras para instalar a completação).

Segundo a Petrobras, o novo conceito poderá ser utilizado em determinados campos maduros do pós-sal onde as características geológicas e de reservatório favorecem sua aplicação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020

PETROBRAS VAIREDUZIR CONTINGENTE EM 34%

O objetivo é diminuir a força de trabalho dos atuais 45,5 mil funcionários para 30 mil pessoas

Por Rodrigo Polito — Do Rio 14/07/2020 05h00 Atualizado

A Petrobras espera reduzir em 34% o número de empregados próprios, informou a companhia, sem indicar prazo para alcançar a meta. O objetivo é diminuir a força de trabalho dos atuais 45,5 mil funcionários para 30 mil pessoas.

De acordo com a empresa, a redução em mais de um terço da força de trabalho deve ser alcançada a partir do desligamento de cerca de 10 mil funcionários pelos programas de demissão voluntária (PDV) e de outros funcionários por meio dos planos de desinvestimentos. Segundo a estatal, existe um PDV específico para este público no momento do fechamento da operação de venda do ativo.

Em “Live do Valor” realizada no início do mês, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que os cerca de 10 mil inscritos nos PDVs devem se desligar entre 2020 e 2021. O número representa corte de 22% do efetivo da holding. Mas a meta, segundo o executivo, é reduzir o quadro para 30 mil pessoas. “[30 mil] é algo suficiente para que a companhia continue a operar bem”, disse ele na ocasião.

Em reportagem publicada na última segunda-feira, o jornal “O Globo” destacou que os cortes, somados a uma estratégia de deixar metade dos empregados da área administrativa em regime de “home office”, mesmo após a pandemia, afeta a cadeia de fornecedores de equipamentos especializados e a rede de serviços localizados no entorno da sede da companhia, no centro do Rio.

Com um efetivo menor e a ampliação do uso de teletrabalho, a Petrobras espera reduzir o número de prédios corporativos utilizados, passando de 17, em 2019, para apenas oito, no próximo ano.

Com relação aos 10.082 inscritos nos PDVs, a Petrobras estima uma redução de custo de pessoal até 2025 em torno de R\$ 4 bilhões por ano. A projeção inclui também o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI).

Segundo a petroleira, o retorno adicional - custo evitado de pessoal de R\$ 22 bilhões menos o desembolso com as indenizações de R\$ 4 bilhões - será de aproximadamente R\$ 18 bilhões até 2025.

O PAI foi aprovado pelo conselho de administração da Petrobras em abril. O plano é voltado aos empregados aposentáveis com vigência até 31 de dezembro de 2023.

De acordo com a estatal, o efeito esperado das indenizações das demissões no caixa da empresa não será imediato em 2020, mas diluído ao longo dos próximos três anos. (Colaborou Ivan Ryngelblum, de São Paulo).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020

TRT DO RIO LIVRA PETROBRAS DE CUSTEAR TELETRABALHO

Desembargadora derruba liminar concedida pela 52ª Vara do Trabalho do Rio ao Sindipetro-RJ

A Petrobras conseguiu reverter determinação da Justiça do Rio de Janeiro para o custeio das despesas dos funcionários que, por causa da pandemia, estão trabalhando em casa. A desembargadora Glaucia Zuccari Fernandes Braga, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, entendeu, em decisão proferida hoje, que a companhia não agiu de forma irregular ao implantar o teletrabalho.

A 52ª Vara do Trabalho do Rio havia concedido liminar em uma ação coletiva movida pelo Sindipetro-RJ. Fixava prazo de dez dias úteis para que a Petrobras fornecesse mobiliário aos cerca de 16 mil funcionários que estão em home office no Estado do Rio de Janeiro. A companhia teria que assumir ainda os custos com equipamentos de informática, pacote de dados e energia elétrica.

A desembargadora Glaucia Zuccari Fernandes Braga, que derrubou a liminar, afirma não constar no processo informação de que algum empregado não tenha condições de realizar o trabalho por falta de equipamento ou infraestrutura. E, por outro lado, diz, a Petrobras demonstrou ter disponibilizado ajuda de custo de R\$ 1 mil para a compra de equipamentos.

“Também não se demonstra razoável determinar a entrega em 16 mil domicílios, em meio de um surto de contaminação viral desenfreada, sem precedentes na idade moderna, que sujeita a todos, entregadores e destinatários dos bens, ao risco de contraírem essa doença para que ainda não se conhece o remédio, nem a vacina”, frisa na decisão (processo nº 0102170-03.2020.5.01.0000).

A magistrada considerou a dificuldade de se aferir o custo exato de despesas como energia elétrica e pacote de dados do funcionário que divide a casa onde mora com outras pessoas. “Em razão de escolas fechadas e medidas restritivas de circulação, todos aqueles que habitam o mesmo imóvel inexoravelmente compartilham o uso da internet e o consumo da energia elétrica”, diz.

Em outra decisão (processo nº 0006892-82.2020.5.15.0000), a Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos (SP), também pertencente à Petrobras, foi obrigada a fornecer cadeiras ergonômicas para todos que estão em teletrabalho, além de firmar acordo para o reembolso dos gastos dos empregados. Esta liminar foi confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas.

A advogada do Sindipetro-RJ, Karina de Mendonça Lima, afirma que o sindicato soube da decisão da desembargadora pela imprensa. “Lamentamos que uma decisão com esse impacto tenha sido proferida sem sequer ocorrer a oitiva da juíza que prolatou a decisão liminar, como é de praxe nesses casos. Vamos entrar com as medidas cabíveis assim que formos intimados”.

Segundo ela, a Petrobras ofereceu ajuda de custo de R\$ 1 mil aos funcionários após a ação ser proposta pelo sindicato. Antes, ressalta, a regra de teletrabalho da companhia era expressa no sentido de que nada seria reembolsado.

Karina diz ter havido retaliação da Petrobras aos funcionários do Rio após o Sindipetro-RJ ter obtido a liminar. Ela acrescenta que a empresa emitiu comunicado no mesmo dia em que a decisão foi proferida afirmando que a ajuda de custo de R\$ 1 mil, oferecida a todos os trabalhadores do país, seria suspensa para os funcionários do Estado e que poderia determinar a retomada das atividades de forma presencial.

A Petrobras informou que não se posicionaria sobre a questão.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020

MME PROJETA PETRÓLEO ENTRE US\$ 80 E US\$ 90 O BARRIL ENTRE 2030 E 2050

Estimativa faz parte da minuta do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, elaborado pela pasta com apoio da EPE e colocado em consulta pública nesta semana

Por Rodrigo Polito, Valor — Rio

O Ministério de Minas e Energia (MME) prevê que o preço do petróleo oscilará entre US\$ 80 e US\$ 90 o barril entre 2030 e 2050. A projeção faz parte da minuta do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, elaborado pela pasta com apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que foi colocado em consulta pública nesta semana.

No documento, o governo aborda o tema do pico da demanda por óleo. A minuta lembra que “políticas para mitigar mudanças climáticas e poluição atmosférica podem contribuir para a desaceleração de seu crescimento, estimulando a substituição desta fonte, quando possível, por outras de menor impacto ambiental”.

Para médio prazo, porém, a versão preliminar do PNE 2050 projeta uma demanda crescente por petróleo, estimulada pela integração energética de diversos países em desenvolvimento.



[https://s2.glbimg.com/Uffl5jBNWpoXeNXtN9dZgfB0h5E=/0x0:450x296/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/v/X/628x82QBAPi5LupwD1VQ/petrobras-plataforma-de-sapinhoa-no-pre-sal-rep.jpg](https://s2.glbimg.com/Uffl5jBNWpoXeNXtN9dZgfB0h5E=/0x0:450x296/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/v/X/628x82QBAPi5LupwD1VQ/petrobras-plataforma-de-sapinhoa-no-pre-sal-rep.jpg)

— Foto: Reprodução

Com relação ao Brasil, o governo prevê que a produção de petróleo nacional pode alcançar 6 milhões de barris diários em 2050, ante 2,4 milhões de barris diários em 2014.

“A perspectiva de produção de petróleo no Brasil aponta na direção da consolidação da posição de grande produtor e exportador de petróleo no horizonte até 2050. Contudo, a manutenção dos altos níveis de produção que se espera atingir entre 2030 e 2050 está associada à perspectiva de recuperação de áreas em declínio e à contínua atividade de exploração com previsibilidade de cronograma, fundamental para o planejamento dos investidores”, completou o MME.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/07/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

MME MANTÉM RECOMENDAÇÃO PARA EXTINGUIR HORÁRIO DE VERÃO

O Ministério de Minas e Energia (MME) manteve a recomendação de não se adotar o horário de verão neste ano (período de 2020/2021). O horário foi extinto em abril do ano passado, com base em estudos da pasta, que apontaram a pouca efetividade na economia energética, e também em estudos da área da saúde, sobre o quanto o horário de verão afeta o relógio biológico das pessoas.

Em nota técnica publicada quinta-feira passada (9), a pasta avaliou o resultado regulatório da extinção do horário de verão e disse que a economia de energia com a medida diminuiu nos últimos anos e já estaria perto da neutralidade, em razão das mudanças no hábito de consumo de energia da população.

Quando foi criado, o horário de verão tinha por objetivo aliviar o pico de consumo, que era em torno das 18h, e trazer economia de energia na medida em que a iluminação solar era aproveitada

por mais tempo. No entanto, nos últimos anos, o Ministério de Minas e Energia constatou uma alteração no horário de pico com maior consumo de energia no período da tarde, por causa da intensificação do uso do ar condicionado, quando o horário de verão não tinha influência.

A nota acrescenta que a descontinuidade da aplicação do horário de verão 2019/2020 implicou também redução do custo de operação do sistema elétrico e que, com a revogação dele, continuou ocorrendo redução de demanda no período noturno, “provavelmente pela alteração natural da luminosidade”.

“Este comportamento, provavelmente, está associado ao uso menor uso de equipamentos de climatização, em especial do ar condicionado, o que decorreu da melhoria das condições de conforto térmico aos consumidores de energia elétrica em seu período de descanso noturno, sem ter havido antecipação de uma hora”, diz a nota.

A nota informa também que as avaliações de impacto do horário de verão nos ciclos anteriores a 2019 superestimaram a redução de demanda no período noturno e que o aumento na carga foi subestimado. Uma avaliação anterior do Ministério de Minas e Energia já havia apontado que, entre os efeitos do fim da medida no setor elétrico, evitaram-se custos ao consumidor brasileiro de energia elétrica de R\$ 100 milhões.

“Diante dos ganhos na otimização do uso dos recursos energéticos com a não adoção do horário de verão no ciclo 2019/2020, e na ausência de fatos novos que pudessem implicar a necessidade de avaliações adicionais às ora apresentadas, e também fundamentadas na Nota Técnica nº4/2019/CGDE/DMSE/SEE (SEI nº 0263485), recomendamos que se mantenha a suspensão dessa política pública também para o ciclo 2020/2021”, conclui a pasta.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 14/07/2020

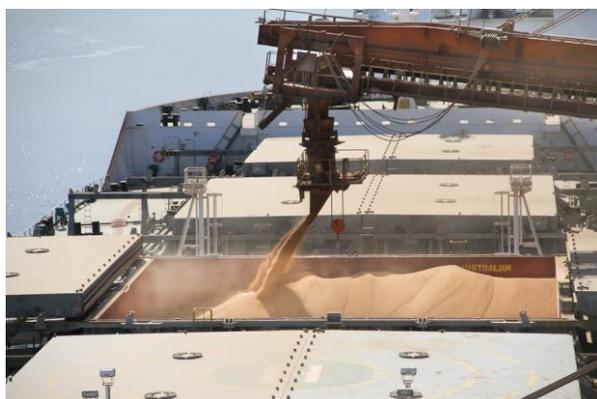


G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO

CHINA TEM IMPORTAÇÃO RECORDE DE SOJA EM JUNHO, COM GRANDES CARREGAMENTOS DO BRASIL

Compras saltaram 71% na comparação com o mesmo período do ano passado. Produtores brasileiros são os principais fornecedores.

Por Reuters



[https://s2.glbimg.com/ZEpsoR154qB5rkUyV8b4-rr1aB0=/0x0:1800x1200/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2019/E/P/680QldQ0q16EcnjwErBg/sojaparanaqua.jpg](https://s2.glbimg.com/ZEpsoR154qB5rkUyV8b4-rr1aB0=/0x0:1800x1200/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2019/E/P/680QldQ0q16EcnjwErBg/sojaparanaqua.jpg)

Brasil é o principal exportador mundial de soja — Foto: Fábio Scremim/APPA

As importações mensais de soja pela China tiveram um recorde em junho, com salto de 71% na comparação anual, mostraram dados de alfândega nesta terça-feira (14), com forte ritmo de chegadas de carregamentos do Brasil, o principal fornecedor do país.

A China, maior importadora global da oleaginosa, importou 11,16 milhões de toneladas em junho, ante 6,51 milhões no mesmo período do ano anterior. Houve ainda alta de 19% na

comparação com os 9,38 milhões de toneladas de maio, segundo números da Administração Geral de Alfândegas.

As exportações do Brasil tiveram uma retomada após março, na sequência de uma melhoria do clima no país da América do Sul.

"A principal razão é que os grãos brasileiros estavam baratos e as margens de processamento em junho estavam realmente boas, então processadores agendaram um monte de cargas", disse Xie Hullian, analista da consultoria agrícola Cofeed.

"Processadores assinaram muitos contratos com consumidores finais e realizaram pré-vendas de muito farelo, para travar os lucros", acrescentou.

Processadores chineses de soja, que mais cedo neste ano tiveram que parar operações devido à falta de oferta do grão, estão agora sofrendo com excesso de estoques.

Ainda assim, as importações neste mês devem permanecer acima dos níveis normais, acima das 9 milhões de toneladas, disseram analistas e operadores de mercado.

"As importações em julho devem atingir 10 milhões de toneladas também, com a maior parte dos carregamentos vindo do Brasil", disse a analista Monica Tu, da Shanghai JC Intelligence.

Fonte : G1 – O Portal de Notícias do Globo

Data : 14/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ACESSO DE CAMINHÕES AO PORTO DE SUAPE MUDA NA PRÓXIMA SEMANA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14/07/2020 - 19:34

Serão inaugurados três pátios de estacionamento e triagem de caminhões, com geração de 140 empregos diretos e 463 indiretos. Os motoristas vão contar com um local mais seguro e confortável para aguardar o horário de entrada nos terminais.

A partir de 20 de julho, os caminhoneiros que fazem o transporte de produtos no Porto de Suape vão ter mais segurança, conforto e agilidade para coletar ou deixar mercadorias nos 21 terminais do porto organizado, além de melhores condições de prevenção à Covid-19. Na próxima semana, serão inaugurados três pátios de triagem de caminhões, com 500 vagas estáticas cada, localizados próximo à área portuária. Eles foram construídos e serão administrados pelas empresas Sulog, Conelog e Êxito.

Neles, os motoristas passarão por uma checagem de dados e do agendamento no terminal de destino, antes de acessarem o porto, processo que se tornará totalmente automatizado. E contarão com serviços de apoio, como sala de descanso, unidade de atendimento de primeiros socorros, sanitários e restaurantes.

Diariamente, uma média de 1.700 caminhões atuam no recebimento e expedição de cargas nos terminais de Suape, chegando a 2 mil em dias de pico. Os pátios — que deverão obedecer às medidas do Plano de Convivência com a Covid-19, do governo do estado — possibilitarão que esses veículos tenham um local adequado para espera do início da operação, evitando filas nas entradas dos terminais e riscos de acidentes por estacionamento irregular nas vias públicas. Líder na movimentação de grãos líquidos no Brasil, mais de 75% dos produtos operados em Suape correspondem a cargas como combustíveis e GLP, que exigem ainda maiores condições de segurança. Com os pátios fora da área portuária, os motoristas também ficarão mais seguros sob esse aspecto.

O sistema dos pátios foi interligado aos terminais e, com isso, o caminhoneiro não precisará mais parar no posto de controle do Porto para a conferência de dados. A passagem pelo pátio de triagem garantirá uma entrada expressa desses veículos no porto, no horário agendado para a coleta ou entrega dos produtos. A liberação será feita por leitura automática da placa.

“Além de dar maior qualidade, conforto, agilidade e segurança no atendimento aos caminhoneiros que atuam no transporte de produtos no Porto de Suape, a construção dos pátios ordena o tráfego de veículos pesados no porto e isso implica em maior segurança também para toda a comunidade portuária”, declara Leonardo Cerquinho, presidente do Porto de Suape. “A mudança ainda representa ganho de produtividade para toda a cadeia logística, uma vez que as empresas implantaram modernos sistemas de automação para esse processo, medida que também aperfeiçoará o controle de informações, fundamental para novas melhorias”, explica Paulo Coimbra, diretor de Gestão Portuária de Suape.

Obrigatoriedade

O ordenamento do tráfego de veículos dentro do Porto está previsto na Resolução 3274/2014 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que determina ser de competência da Autoridade Portuária fiscalizar o acesso à área do Porto Organizado e estabelece infrações administrativas, caso as atribuições não sejam desempenhadas a contento. A implantação dos pátios também está de acordo com determinações da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no que diz respeito à fiscalização do transporte rodoviário de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

VLI SE COMPROMETE EM TER MAIS MULHERES NA LIDERANÇA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14/07/2020 - 19:26



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180827-locomotiva-trem-vli.jpg>

A VLI acaba de firmar compromisso “Equidade é Prioridade”, uma iniciativa promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do Pacto Global, que tem como objetivo promover a equidade de gênero dentro das empresas. O compromisso, lançado em 8 de março, data em que é celebrado anualmente o Dia Internacional das Mulheres, estabelece uma meta mínima de 30% de mulheres em

posições de alta liderança – a partir de gerentes ou cargos equivalentes – até 2025 e, opcionalmente 50%, até 2030.

A VLI possui hoje cerca de 15,7% de mulheres, nos cargos de gerência à diretoria. Com o compromisso, a empresa pretende quase dobrar esse número até 2025.

“A equidade de gênero é um assunto que precisa ganhar consistência e relevância no mundo dos negócios. Acreditamos que uma equipe mais diversa, com mais mulheres, é um fator de prosperidade para a sociedade e para as empresas. A assinatura do compromisso Equidade é Prioridade converge com nosso objetivo de contar cada vez mais com o público feminino. Mais mulheres na liderança é também um símbolo de mais inclusão, oportunidades para elas e mais resultados para o negócio”, explica o presidente da VLI, Ernesto Pousada. Em 2019, a VLI já havia aderido às WEPs (Women Empowerment Principles), os Princípios do Empoderamento da Mulher, promovido pela ONU Mulheres.

De acordo com a ONU, além do comprometimento com a meta, as empresas devem promover ações voltadas para a implementação da equidade de gênero em seu quadro de executivos. A

VLI, por sua vez, vem promovendo iniciativas de diversidade e inclusão direcionadas não apenas à equidade de gênero, mas também para pessoas com deficiência, de diferentes raças e etnias e LGBTI+.

Dentro dessas práticas, que se estruturam sobre quatro pilares – Atrair, Desenvolver/Reter, Conscientizar e Compartilhar Valor –, destacam-se, especificamente para o público feminino, ações como a inserção mínima de 50% de mulheres nos programas de porta de entrada (estágio, trainee e jovem aprendiz); um programa de mentoria para formação de lideranças femininas; a oferta de licença maternidade de 6 meses e benefícios exclusivos para mães, como auxílio creche e babá; a realização de treinamento e eventos para lideranças e para o público interno sobre o tema; a criação de grupos de afinidade para empoderamento das minorias e a inclusão da empresa em movimentos pró-equidade, como o Movimento Mulher 360º.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

LEILÃO DE VENDA DO PORTA-AVIÕES SÃO PAULO PREVISTO PARA SETEMBRO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 14/07/2020 - 19:25



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200708-porta-avioes-sao-paulo-divulgacao-marinha.jpg>

Arquivo/Divulgação MB

Previsão considera prazos recursais que constam na legislação vigente, além das atuais restrições de reuniões presenciais em razão da pandemia.

A Marinha do Brasil prevê, para a primeira quinzena de setembro, o leilão de venda do navio-aeródromo (NAe) São Paulo, descontinuado em fevereiro de 2017. A

alienação será conduzida por leilão, em uma sessão pública conduzida por leiloeiro registrado na junta comercial do Rio de Janeiro. A previsão, segundo a força naval, considera os prazos recursais que constam na legislação vigente, além das atuais restrições de reuniões presenciais em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O certame tem como objetivo a venda do casco do porta-aviões. O preço mínimo de alienação é de R\$ 5,3 milhões, conforme o aviso de licitação lançado em setembro do ano passado.

A Mediterranean Ships Breaking, representada pela TP Abastecimento e Serviços Navais Ltda (TP Shipping Brasil), foi a única empresa pré-credenciada para licitação do casco do porta-aviões. De acordo com a comissão de licitação, oito empresas concorreram nesta etapa, mas apenas a TP Shipping cumpriu integralmente as exigências do edital. Sete empresas que concorreram não foram credenciadas por descumprirem itens previstos no edital: Rota Shipping Inc.; Aratu Serviços Marítimos Ltda.; Norte Gestão Ambiental e Marítima Consultoria Ltda; Rig & Ship Services Brasil Ltda.; Sok Denizcilik ve Ticaret Ltda STI; Amador Ventures Co, representada pela empresa Moschen & Oliveira Soluções Ambientais Ltda; e Prya Blue Industries PVT Ltda, representada pela empresa naval Ocean Engenharia e Apoio. Essas empresas que não obtiveram pré-credenciamento tiveram prazo de cinco dias úteis para apresentar seus recursos.

O navio-aeródromo São Paulo foi comprado da França em setembro de 2000 e incorporado à Marinha do Brasil em 15 de novembro do mesmo ano. Após quase 20 anos de serviço à força naval brasileira, o comando da Marinha decidiu pela desmobilização do navio. A decisão, segundo a Marinha, saiu depois de um estudo criterioso, que concluiu a impossibilidade de modernização do meio. Atualmente, a Marinha brasileira opera com dois navios de maior capacidade de embarque de aeronaves de asa rotativa, com capacidade de realizar esclarecimento e dotadas de armamento ar-superfície de médio alcance, possibilitando controlar áreas marítimas. São eles o navio doca multipropósito (NDM) Bahia e o porta-helicópteros multipropósito (PHM) Atlântico.

A Marinha destacou que o PHM Atlântico é dotado de um radar 3D, que permite o controle dos aviões de interceptação e ataque (AF-1B/C) da força naval operando a partir da terra, para a proteção das águas jurisdicionais brasileiras, em regiões costeiras. “Dessa forma, a Marinha do Brasil mantém o constante adestramento das tripulações dos navios, aviões e helicópteros, garantindo a prontidão necessária para o cumprimento de suas tarefas”, salientou.

Museu — O Instituto Foch, que faz referência a nome original do porta-aviões francês adquirido pelo Brasil, possui projeto de transformar o antigo navio em um museu aeronaval, apresentado como alternativa ao impacto ambiental a ser causado pelo processo de descomissionamento. A proposta prevê, além do museu, áreas com restaurantes, hotéis, oficinas e escritórios, entre outras finalidades rentáveis. “Nossa luta tem sido solitária, tendo em vista a divergência de interesses para destinação do navio. Acredito que este museu possa ser uma grande alternativa para crescimento turístico, desenvolvimento e grande gerador de empregos. Principalmente num momento tão delicado em que passamos. O projeto promoverá o nosso país num cenário totalmente diferente”, defendeu Emerson Miura, presidente do instituto.

Miura falou que foram idas e vindas entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília na tentativa de que o projeto fosse analisado pelas autoridades responsáveis pelo navio. Em 2019, porém, o casco do porta-aviões foi posto em leilão. Apesar da opção pelo desmonte do navio, o instituto continuou empenhado em reverter a concessão a seu favor. Com opções mais versáteis como porta-helicópteros hoje em dia, o instituto vê o porta-aviões São Paulo, provavelmente, como o último navio dessa geração na América do Sul. “Porta-aviões é mais interessante como peça preservada de forma contínua de arrecadação do que ser vendido como material e sucata”, disse. Ele apontou os riscos do descomissionamento do navio, principalmente retirada segura do amianto presente no antigo meio naval.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

FIRJAN: PANDEMIA DA COVID-19 IMPACTA AS EXPORTAÇÕES DO RIO

Por Da Redação ECONOMIA 14/07/2020 - 19:24



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200615-porto-do-rio.jpg>

O estado do Rio registrou, de janeiro a maio deste ano, recuo de 15% nas exportações, com saldo negativo de US\$ 2,4 bilhões, de acordo com a edição de junho do Boletim Rio Exporta, da Firjan. No período, o estado somou US\$ 10,3 bilhões em exportações e US\$ 12,8 bilhões em importações.

O principal responsável pelo resultado das exportações foi o recuo de 7% nas vendas de petróleo, aliado aos efeitos da pandemia da Covid-19 na atividade econômica. Essa queda deve-se, sobretudo, aos menores embarques de óleos brutos para a China (-27%) e para os Estados Unidos (-47%), no acumulado anual. O resultado negativo no mercado pode ser explicado pelo lockdown nesses países nos meses de março, abril e maio, quando houve sensível redução no consumo de combustíveis.

“No cenário atual da pandemia, o contágio, os lockdowns e as eventuais interrupções nas cadeias de produção acontecem por ‘ondas’. Os estágios da crise não ocorrem em todos os países e em todos os continentes ao mesmo tempo, o que é altamente prejudicial para a indústria. Isso dificulta o planejamento logístico das empresas, a capacidade de fazer previsões econômicas e de prospectar negócios internacionais”, explica Giorgio Rossi, coordenador da Firjan Internacional, lembrando que o foco principal da pandemia já esteve localizado na China, Itália, Espanha, Inglaterra, EUA e, agora, encontra-se na América Latina.

A redução das exportações foi, ainda, consequência da diminuição nos embarques de produtos industrializados (-33%), no acumulado anual. As exportações para a União Europeia foram as que

mais diminuiram (-48%), puxadas pela queda de 54% nas vendas para o mercado holandês, principalmente de tubos flexíveis de ferro ou aço.

De janeiro a maio, as exportações fluminenses cresceram substancialmente para o Uruguai (+94%), importante parceiro do Mercosul. A África seguiu a mesma tendência (+9%), com incremento principalmente de óleo combustível.

Apesar do recuo, o Rio de Janeiro mantém a segunda posição entre as unidades da federação com maior fluxo internacional, registrando 15% de participação na balança comercial do país, atrás apenas de São Paulo.

Compra de insumos para combate à Covid-19

Já o avanço das importações fluminenses foi reflexo do aumento de 123% nas aquisições de bens industriais (US\$ 11,3 bilhões), de janeiro a maio. As principais indústrias fluminenses que apresentaram aumento nas importações foram: Outros equipamentos de transporte (US\$ 5,2 bilhões; aumento de 124%); Máquinas e Equipamentos (US\$ 2,3 bilhões; aumento de 462%); e Produtos de borracha e plástico (US\$ 333 milhões; aumento de 334%).

No acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2019, o boletim registra aumento de 167% nas compras de insumos para combate à Covid-19.

Futuro do comércio exterior e isonomia tributária

“Se o ritmo na retomada e reabertura das economias europeias, dos EUA e da China se mantiver e não houver nenhum novo lockdown, é possível que comece a acontecer uma retomada das exportações fluminenses. Mas será preciso aguardar a consolidação desse cenário que está em constante evolução”, estima Rossi.

Rodrigo Santiago, presidente do Conselho Empresarial de Economia da Firjan e do Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha do Estado do Rio de Janeiro (SINDBORJ), diz que o setor de borracha, que é muito amplo, sofreu bastante por conta da Covid-19, que provocou uma crise de demanda e de oferta.

“O importante para a agenda do comércio exterior é o Brasil estar atento e cada vez mais inserido às cadeias globais de valor. E para isso a indústria precisa melhorar a competitividade, o que requer isonomia de tratamento tributário. É necessário incentivar e proteger o investimento feito no Brasil”, frisa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

SPA CONCLUI RETIRADA DE ÁGUA DE NAVIO HISTÓRICO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14/07/2020 - 19:22



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200714-porto.jpg>

Risco de naufrágio foi afastado; próxima etapa é retirada do óleo

A Santos Port Authority (SPA) concluiu nesta terça-feira (14) a operação emergencial de retirada de água de dentro do casco do navio oceanográfico Prof. W. Besnard, atracado no Porto de Santos. A embarcação histórica poderia afundar e, com o término do trabalho, o risco de naufrágio fica afastado neste momento.

A operação de retirada da água da casa de máquinas do navio começou no início da semana passada, após, em uma vistoria conjunta realizada pela SPA e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), ter sido observada a situação de adernamento. A Autoridade Portuária determinou ao Instituto do Mar (Imar), entidade proprietária da embarcação, a tomada de providências urgentes. Como o Imar alegou não possuir recursos financeiros para a adoção das medidas necessárias, a SPA mobilizou seus recursos de atendimento a emergências.

Foram retirados aproximadamente 130 mil litros de água acumulados devido ao estado de abandono da embarcação. O serviço foi feito visando salvaguardar o meio ambiente estuarino e a segurança à navegação do Porto de Santos, que seriam afetados caso o Prof. W. Besnard viesse a afundar. Além disso, haveria a perda do navio histórico, que foi um dos recursos utilizados pelo Brasil em operações na Antártica.

De acordo com o Superintendente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da SPA, Mauricio Bernardo Gaspar Filho, “esta etapa da operação foi bem-sucedida devido à competência e dedicação das equipes da Autoridade Portuária e Ibama responsáveis pela condução dos trabalhos, que atuaram de forma tempestiva e acertada mesmo diante dos riscos envolvidos.”

O serviço, que contou com o apoio do Ibama e da Marinha do Brasil, será complementado nos próximos dias, quando serão efetuadas tentativas de remoção da camada fina de óleo que sobrou no interior da casa de máquinas.

Os recursos dispendidos para a operação, bem como a retirada da embarcação do cais, serão cobrados do Instituto do Mar. A entidade também deverá se responsabilizar pela adequada destinação de todos os resíduos gerados.

Construção do navio

No ano de 1959, foi lançado o projeto do navio Prof. W. Besnard, o primeiro do curso de Construção Naval da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), feito a pedido do Instituto Oceanográfico da USP e idealizado pelo professor Wladimir Besnard, pesquisador, primeiro diretor do Instituto e homenageado com o nome da embarcação. Fabricado no estaleiro A/S Mjellem Karlsen, em Bergen, Noruega, o navio chegou ao Brasil em 1967, anos depois da morte de seu idealizador. Durante os primeiros 23 anos o navio navegou sem interrupções, totalizando centenas de viagens científicas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

PORTO DE SANTOS TEM MOVIMENTAÇÃO RECORDE NO 1º SEMESTRE PUXADO POR COMMODITIES AGRÍCOLAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14/07/2020 - 19:11

O porto de Santos registrou entre janeiro e junho de 2020 um recorde semestral de movimentações, atingindo a marca de 70,3 milhões de toneladas, impulsionado principalmente pelas exportações de commodities agrícolas, informou a Santos Port Authority (SPA) nesta terça-feira.

O volume representa um avanço de 10,6% na comparação anual, com altas de 13,9% nas exportações e de 2,6% nas importações, segundo comunicado da autoridade portuária, que destacou resultados positivos inclusive nos segmentos mais afetados pela pandemia de coronavírus, como o de contêineres.

Em termos de exportações, os embarques de açúcar dispararam 40% no período, a 8,7 milhões de toneladas, enquanto as exportações do complexo soja bateram 22,8 milhões de toneladas, alta de 27% no ano a ano. Santos é o principal porto do Brasil para embarques dos dois produtos.

Os embarques de commodities do Brasil têm sido estimulados pelo câmbio favorável e uma firme demanda chinesa, especialmente por soja, principal produto de exportação do país. No caso do

açúcar, o Brasil também ampliou suas exportações em momento de menor oferta em outros países competidores, o que chegou a gerar filas e espera para os despachos.

No frente da importação, o porto verificou no semestre altas de cerca de 30% nos desembarques de adubo, a 2,7 milhões de toneladas, e de óleo diesel e gasóleo, a 1,4 milhão de toneladas.

“Os bons números do porto refletem a pujança do agronegócio e o efeito favorável do câmbio para as exportações. No acumulado do ano, também o contêiner, que movimentava as cargas de maior valor agregado e as mais afetadas pela pandemia, registra avanço importante”, disse em nota o presidente da SPA, Fernando Biral.

Considerando apenas junho, Santos registrou seu quinto recorde mensal consecutivo, movimentando 12,3 milhões de toneladas, avanço de 6,2%. Apesar de um nível menor de desembarques ante junho de 2019, as exportações — novamente puxadas por commodities agrícolas — permitiram o resultado.

Os embarques em junho totalizaram 9,4 milhões de toneladas, alta de 14,6% no ano a ano; os desembarques somaram 2,8 milhões de toneladas, queda de 14,3%, apontou a SPA.

Fonte: Reuters

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data : 14/07/2020

REGISTROS NO SISCOSERV ESTÃO SUSPENSOS ATÉ FINAL DO ANO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 14/07/2020 - 15:58

Empresas de comércio exterior deverão cadastrar informações desse período a partir de janeiro de 2021, após prazo de suspensão.

O governo federal desativou, até o final do ano, a página do Siscoserv — Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e de Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio. Um portaria conjunta entre a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secex) e a Receita Federal do Brasil (RFB) suspendeu temporariamente os prazos de envio de dados até 31 de dezembro deste ano. Esse movimento de economia com a manutenção do sistema já era esperado pelas empresas de comércio exterior, porém a desativação repentina acabou levando-as a pedir informações à Receita Federal. A suspensão temporária, que começou no último sábado (11), trouxe dúvidas e desinformação quanto à continuidade do sistema.

A Receita vem informando que, em razão da portaria conjunta SCS/RFB 25, de 26 de junho, os prazos para prestação de informações no Siscoserv estão suspensos de 1º de julho a 31 de dezembro 2020. De acordo com a Receita, o sistema esteve disponível para novos registros, de forma voluntária, até a última sexta-feira (10). A autoridade ressaltou às empresas que a portaria suspende, mas não exclui a obrigação da prestação, que é determinada por lei. A RFB informou ainda da necessidade de as empresas acompanharem eventuais novas normas sobre o assunto.

A WTM do Brasil, que tem 3.800 clientes de Siscoserv, entende que a suspensão é temporária e vem orientando-os a continuar guardando as documentações para apresentação a partir de janeiro de 2021. “Estamos orientando as empresas que não compensa para elas pararem com a coleta de dados e documentos. Melhor deixar tudo pronto para, quando voltar, poder transmiti-las”, contou o CEO da WTM, Lisandro Vieira.

O suporte à página do sistema é fornecido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Há rumores de que o governo estuda formas de reduzir os gastos com o contrato com Serpro, que é da ordem de R\$ 20 milhões por ano e passar a utilizar um sistema mais econômico. No 10º Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (Enaserv 2019), o representante da Receita Federal sinalizou que já havia movimento do órgão e da Secex para integrar o Siscoserv à nota fiscal de serviços. Existe expectativa de que isso aconteça, mas não há indícios de que ocorrerá de forma imediata.

O Decex tem respondido as empresas que, face à pandemia, o governo tem prorrogado os prazos para cumprimento de diversas obrigações que recaem sobre o setor privado brasileiro, tal como a extensão do período para a declaração do imposto de renda da pessoa física. O órgão vem reiterando que o cenário de pandemia também acarretou a necessidade de redirecionamento dos já escassos recursos orçamentários do governo federal. “Com efeito, o desligamento temporário do Siscoserv, ao propiciar relevante economia de gastos para o Estado, constitui medida aderente à situação de repriorização de recursos que se impõe no momento”, anunciou o Decex em respostas a questionamentos feitos por empresas do setor. O Decex afirmou ainda que essas providências não afetam a avaliação que o governo federal vem realizando, desde o ano passado, sobre possíveis mudanças no modelo brasileiro de coleta de dados relativos ao comércio exterior de serviços.

O acesso dos registros somente será possível a partir de 1º de janeiro de 2021. Os registros ainda não realizados de serviços já iniciados — seja ainda no prazo, ou já com o prazo esgotado — deverão ser efetuados a partir de janeiro. A portaria suspende o prazo para prestação de informações no Siscoserv. Os prazos voltarão a fluir contando-se de onde pararam. Dúvidas sobre o assunto devem ser tratadas diretamente com a Coordenação-Geral de Exportação, com o assunto "SUSPENSÃO SISCOSERV", no e-mail decex.cgex@mdic.gov.br. A Receita também recomenda contato com as unidades onde a empresa tem sua jurisdição e usar o canal de 'Fale

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

PORTO DO ITAQUI CRESCE 7% NO 1º SEMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/07/2020 - 20:29

O Porto do Itaqui segue em rota de crescimento, apesar da crise mundial provocada pela pandemia de Covid-19, e fecha o primeiro semestre do ano com 11,7 milhões de toneladas de cargas movimentadas, o que é 7% superior ao mesmo período de 2019. Entre os destaques estão a soja, que teve alta de 21% no acumulado do ano, com 5,7 milhões de toneladas; e o fertilizante, carga que atingiu a marca de 1,1 milhão de toneladas e cresceu 51%.

As operações de contêineres, cuja linha regular foi retomada em fevereiro, vêm se consolidando e crescendo a cada mês, com operações semanais. Essa movimentação tem garantido o abastecimento de alimentos, medicamentos, produtos de limpeza e outros, fundamentais para a manutenção de serviços essenciais em todo o estado, como postos de saúde, hospitais e supermercados, dentre outros.

“Esses resultados são fruto do trabalho de um conjunto de cadeias logísticas integradas ao Porto do Itaqui, que se mantiveram ativas para abastecer os mercados externo e interno. Enfrentamos os desafios desse momento com atenção à saúde e segurança dos trabalhadores e foco em produtividade para manter as atividades do Porto do Itaqui, que são essenciais para o desenvolvimento do Maranhão e de toda a região sob sua influência”, avalia o presidente do Porto do Itaqui, Ted Lago.

No primeiro semestre foi registrada alta também nas movimentações de celulose e de carga geral. A celulose exportada pelo Itaqui, com origem em fábrica instalada em Imperatriz, sul do estado, obteve variação positiva de 24% em relação ao primeiro semestre do ano passado. O aumento da carga geral, de mais de 600%, foi alavancado pela importação de peças e equipamentos para as obras de expansão da termelétrica da Eneva em Santo Antônio dos Lopes, além de trilhos para obras nas ferrovias Carajás e Norte Sul; e pela exportação de 25 mil toneladas de tarugos de aço (barras utilizadas em usinas para laminação), carga 100% maranhense, produzida em Açailândia.

“São projetos estruturantes que estão em expansão no estado, o que consolida a importância do Porto do Itaqui para o desenvolvimento do Maranhão”, afirma o diretor de Operações e Planejamento do Itaqui, Jailson Luz.

Para o segundo semestre a expectativa é de mais crescimento, com a entrada em operação da segunda fase do Tegram em agosto, o que vai elevar a capacidade de movimentação de grãos no Itaqui para 19 milhões de toneladas/ano. O volume de fertilizante também deve crescer a partir da

inauguração do novo terminal destinado a essa carga, da Companhia Operadora Portuária do Itaqui (COPI), ainda neste ano. A previsão é saltar de uma capacidade de 2 milhões para 3,5 milhões de toneladas de importação de fertilizante por ano. “O importante é que esses projetos no Porto do Itaqui alavancam outros investimentos em nossa hinterlândia”, completa Luz.

A infraestrutura para granéis líquidos também está em fase de ampliação no Porto do Itaqui, com os projetos da Ultracargo, Granel Química e Raízen, além da perspectiva de licitação para arrendamento de mais quatro áreas para novos terminais, prevista para este segundo semestre. Esse investimento, de R\$ 478,1 milhões da iniciativa privada no porto público do Maranhão, demonstra a confiança dos investidores privados no trabalho que vem sendo feito pela Emap.

Fonte: O Maranhense

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020

PORTO DE VITÓRIA TEM EM JUNHO O MELHOR MÊS DO ANO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13/07/2020 - 20:27

A movimentação de cargas no Porto de Vitória, em junho, apresentou o melhor resultado mensal do ano: 620 mil toneladas. Esse número é 23,3% superior ao mesmo mês de 2019. O dado demonstra o início da recuperação no fluxo de cargas na Codesa, uma tendência positiva diante do impacto da Covid-19 na economia do país e do mundo.

Dois itens impulsionaram o aumento no volume de cargas no Porto de Vitória em junho: granéis sólidos (ferro gusa e fertilizantes) e granéis líquidos (combustíveis e soda cáustica) com 59,2% (110,2 mil t.) e 37,9% (17,3 mil t.), respectivamente, em comparação ao mesmo mês do ano passado.

“Junho foi o melhor resultado mensal de 2020 e bem acima do mesmo mês do ano passado. Este fato, em conjunto com os indicadores que a Codesa possui, apontam para uma tendência de crescimento na movimentação de cargas para o segundo semestre. Assim, acreditamos que o efeito negativo causado pela pandemia na movimentação cargas no Porto Vitória será menor a partir de agora. Em outras palavras, o pior já passou”, destacou Leonardo Bianchi, chefe da Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento (Coplad) da Codesa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data : 14/07/2020